



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



BOLETIM INFORMATIVO ELETRÔNICO ESMP/MA

Ano 3 | N° 5 | Dezembro 2021



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

PROMOTORAS DE JUSTIÇA AUXILIARES DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ana Luiza Almeida Ferro

Elyjeane Alves Carvalho

CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Presidente

José Antonio Oliveira Bents

Representante do Colégio de
Procuradores do MP

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Representante do Conselho Superior
do MP

Maria de Jesus Rodrigues Araújo

Heilmann

Representante da Corregedoria Geral
do MP

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Representante do Corpo Docente da
ESMP/MA

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Presidente

Ana Luiza Almeida Ferro

Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação da ESMP/MA

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Representante do corpo docente,
indicado pelo Conselho Pedagógico

Lena Cláudia Ripardo Pauxis

Representante eleita do corpo docente
da ESMP/MA

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Representante eleito do corpo discente
do Programa de Pós-graduação da
ESMP/MA

SERVIDORES DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Claunísio Amorim Carvalho

Conceição de Maria Lisbôa de Andrade

Edna Regina Cantanhêde Rêgo

Eklenn Marcelo Abreu Smith

Eloy Sá

João Francisco Amaral Neto

Letícia Prazeres Falcão

Luis Fernando Oliveira Sousa

Maíra Lopes de Castro

Maria Alaide Natali

Sâmia Maria Verri Carneiro Carvalho

Solange Cristina Santos Lopes

ESTAGIÁRIAS

Giovanna Serejo de Jesus

Isabela Larissa Corrêa Carvalho

Léia Santos de Oliveira Câmara

Mônica Luiza Tavares Bezerra



***O ser humano é aquilo que a
educação faz dele.***

Immanuel Kant

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA, órgão auxiliar da Instituição, segue seu caminho, faz o seu papel, cumpre sua missão, desenvolvendo-se e aprimorando-se nos três eixos formativos de seu processo educacional: ensino, pesquisa e extensão.

Não descansa quando tem que trabalhar, e o trabalho tem sido feito por mãos hábeis, criativas e solícitas: uma equipe verdadeiramente comprometida. O resultado do labor incansável da ESMP, enquanto escola institucional e visando ao aperfeiçoamento profissional e cultural de seus membros, servidores, estagiários e público externo, pode ser visto nas páginas deste Boletim Informativo Eletrônico, com as atividades e eventos realizados ao longo do ano de 2021.

Destacamos nesta edição a oferta do curso de pós-graduação lato sensu Ciências Criminais e Direito Anticorrupção para 50 alunos inscritos, dentre membros e servidores, curso esse resultante da parceria entre a Escola Superior e a Universidade Federal do Maranhão, conforme o Termo de Convênio aqui acostado.

Salientamos também a realização do 11º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, nos dias 9 e 10/12/2021, com a temática “O Ministério Público na promoção das liberdades democráticas”, com exposição de artes plásticas pela artista DILA e o lançamento de um cordel comemorativo assinado pela cordelista RAIMUNDA FRAZÃO.

Na mesma ocasião também se deu o lançamento da Revista Lumiar, ano 3, n. 3, jan./dez. 2021, recheada de bons textos, que homenageou, com dois artigos, o escritor e ex-Promotor Público maranhense Dunshee de Abranches (1867-1941), pelos 80 anos de sua morte, além de diversos outros artigos, a maioria de alunos egressos do curso de especialização anterior, e ainda discursos e entrevistas com Promotores de Justiça de outros estados da federação.

Tudo isso e mais os cursos, palestras e webinários, sobre temáticas variadas, todas elas úteis e oportunas, além de atos normativos e outras informações.

Boa leitura!

Sumário

EVENTOS E ATIVIDADES	5
11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.....	5
11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão - Abertura	5
11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão – 2º dia	7
Discurso Proferido na Abertura do 11º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão	8
Saudação Poética ao Ministro Ayres Britto – Um Passeio Entre Gonçalves Dias e Arlete Nogueira da Cruz	10
Literatura de Cordel - A acolhida do MPMA aos seus Visitantes, da cordelista Exposições durante o 11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão ..	12
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção	13
Edital- ESMP/MA n. 001/2021 – Processo seletivo para ingresso na Pós-Graduação em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção	14
Termo de Convênio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção	39
Lançamento da Lumiar	46
EVENTOS DA ESMP/MA REALIZADOS NO PERÍODO DE 06/07/2021 A 10/12/2021	47
ESMP EM NÚMEROS 2021	53
ATOS NORMATIVOS.....	54
Portaria-ESMP – 32021.....	54
Portaria-ESMP - 42021	59
Portaria-ESMP - 52021.....	61
ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	63
Ata de reunião eleitoral - representante docente no Colegiado da Pós-Graduação da ESMP.....	63
Ata de reunião eleitoral - representante discente no Colegiado da Pós-Graduação da ESMP.....	64
INFORMES.....	65

11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão - Abertura



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
ESMP - OMP/MA

"O MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS"



09 E 10 DE DEZEMBRO DE 2021
Transmissão on-line pelo canal do YouTube da ESMP/MA

10 de dezembro/2021
(sexta-feira)

Manhã - 09h:00

Liberdade de expressão e sua eficácia vertical em tempos democráticos



Dr. Ney de Barros Bello Filho
(Desembargador Federal)

A ordem econômica como elemento estruturante da dignidade humana em tempos de pandemia



Dr. Luiz Augusto Santos Lima
(Subprocurador-Geral da República)

Desafios atuais do Ministério Público Eleitoral e o Direito à Informação



Dr. Paulo Gonet Branco
(Vice-Procurador-Geral Eleitoral)

Mediadores: Dra. Samira Mercês (MPMA) e Dr. Alessandro Brandão (MPMA)



Manifesto em nome das Liberdades Democráticas



Dra. Maria Esther Martinez Quintero
Professora da Universidade de Salamanca e Professora Visitante da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Conferência de Encerramento: O papel das instituições na garantia das liberdades democráticas



Dr. Flávio Dino de Castro e Costa
(Governador do Estado do Maranhão)



Dr. Eduardo Nicolau
(Procurador Geral de Justiça do MPMA)

Lançamento Revista Lumiar Mostra Homenagem à Dila Encerramento



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



"O MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS"



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

"O MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS"



09 E 10 DE DEZEMBRO DE 2021
Transmissão on-line pelo canal do YouTube da ESMP/MA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
ESMP - OMP/MA



A Liberdade pode ser definida como “grau de independência legítimo que um cidadão, um povo ou uma nação eleger como valor supremo, como ideal”, e, por extensão, “conjunto de direitos reconhecidos ao indivíduo, isoladamente ou em grupo, em face da autoridade política e perante o Estado; poder que tem o cidadão de exercer a sua vontade dentro dos limites que lhe faculta a lei” (Dic. Oxford Languages).

Sendo um dos pilares da Revolução Francesa e um dos nortes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como valor ou ideal, a Liberdade deve ser constantemente buscada e defendida, e, uma vez conquistada no mundo, especialmente nos países onde vigora o regime democrático, deve ser assegurada por meio das leis e das instituições legitimamente destinadas ao bom funcionamento do organismo republicano.

O Ministério Público brasileiro, como uma dessas instituições a quem coube a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses so-

ciais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados aos cidadãos e aos grupos que integram a nossa sociedade, conforme determinado na Constituição Federal, tem cumprido, ao longo das décadas, em suas múltiplas faces e ramificações, o papel de guardião das liberdades individuais e coletivas, respeitando-se todos os limites que a própria legislação determina e o contrato social recomenda.

Como parte integrante desse grande edifício, o Ministério Público do Estado do Maranhão, sempre atento à sua importantíssima missão facultada pelas leis e apoiada pelos anseios da sociedade, de maneira muito oportuna, promove, por meio de sua Escola Superior, neste ano de 2021, segundo ano de pandemia da Covid-19, em que se ouviu muito falar de ameaças a certas liberdades em nosso país, o seu XI Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, com o tema “O Ministério Público na promoção das liberdades democráticas”.

PROGRAMAÇÃO:

09 de dezembro/2021

(quinta-feira)

Manhã - 09h:00

Saudação em nome das Liberdades Democráticas



Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
(Promotora de Justiça e Diretora da Escola Superior do MPMA)



Dr. Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
(Governador do Estado do Rio Grande do Sul)



Dra. Meri Cristina
Promotora de Justiça do meio ambiente MPAC e Presidente da Associação do Ministério Público do Acre (AMPAC)



Dom Gilberto Pastana
(Arcebispo de São Luís)



Dr. Eduardo Nicolau
(Procurador-Geral de Justiça do MPMA)

Conferência Inaugural: Os caminhos constitucionais para a Democracia e o papel do Ministério Público



Ministro Ayres Britto – participação virtual (Ministro aposentado do STF)

Tarde - 15h:00

O papel do Ministério Público na Lei Anticorrupção



Dr. Antônio Edílio Teixeira
(Procurador da República)



Primeiras impressões da Nova lei de Improbidade Administrativa

Dra. Fabiana Zamalloy
(Promotora de Justiça – MP/GO)

Combate à corrupção como pressuposto do Estado Democrático de Direito



Dr. Vladimir Aras
(Procurador Regional da República MPF/PRR- 1)

Mediadores: Dra. Natália Macedo (MPMA) e Dr. Marco Túlio (MPMA)



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão – 2º dia



Público presente no 11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



Discurso Proferido na Abertura do 11º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão



Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Saudações,

Senhoras e Senhores,

Com felicidade iniciamos o décimo primeiro Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão, com a temática: “O Ministério Público na Promoção das Liberdades Democráticas”.

A escolha desta temática nos veio como um arrebatamento, a inadiável necessidade de concretização de direitos fundamentais em um efetivo Estado Democrático de Direito, sobretudo frente ao cenário de vulnerabilidades que nos rodeia.

“Dizer que a democracia é direito da quarta geração (...) não basta (...) faz-se mister ir além. Urge, assim, tornar explícitos os meios técnicos de realização e sustentação desse direito principal nos países de periferia, onde as três gerações ou dimensões de direitos fundamentais não lograram ainda concretizar-se” – assim nos alertou Paulo Bonavides em sua *Teoria Constitucional da Democracia Participativa* sobre a grande tragédia jurídica dos povos de Terceiro Mundo: têm a teoria, mas não têm a práxis.

Queremos, nesta oportunidade, seguir dando passos que nos aproximem de um Ministério Público cada vez mais concretizador das liberdades democráticas.

Sendo um dos pilares da Revolução Francesa e um dos nortes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como valor ou ideal, a Liberdade deve ser constantemente buscada e defendida, e, uma vez conquistada no mundo, especialmente nos países onde vigora o regime democrático, deve ser assegurada por meio das leis e das instituições legitimamente destinadas ao bom funcionamento do organismo republicano.

Ao falar em liberdade, não nos referimos apenas àquela própria dos Estados Liberais, pautadas no individualismo, no patrimônio e esvaziadas de conexões com os direitos sociais, do contrário, não há como referirmo-nos à liberdade, senão entre aqueles a quem igualmente se promove as garantias constitucionalmente

asseguradas. O trabalho que aqui se propõe é ainda mais árduo: promover liberdades a todos os grupos que integram a nossa sociedade, sejam estes majoritários ou minoritários.

Não por outro motivo nos valem da arte de Pablo Picasso para ilustrar os anseios deste encontro que por ora se promove: a obra Guernica – que ilustra todo nosso plano de mídia – pintada a óleo em 1937, foi um manifesto contra a Guerra Civil Espanhola e a favor da liberdade humana. É um instrumento de resistência, nas palavras do artista: *“No, la pintura no está hecha para decolar las habitaciones. Es un instrumento de guerra ofensivo y defensivo contra el enemigo”*.

Mesmo ali, entre as dores retratadas em forma de mães que tiveram que carregar seus filhos mortos no colo, há uma chama, uma luz, há esperança.

Eis o convite que deixamos a todos que aqui se encontram reunidos, que possamos, juntos, seguir reacendendo essa chama em meio ao caos, que, enquanto Ministério Público, sigamos zelando pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados aos cidadãos e aos grupos que integram a nossa sociedade, fazendo cumprir o papel de guardião das liberdades individuais e coletivas, respeitando-se todos os limites que a própria legislação determina e o contrato social recomenda.

Em nome da Escola Superior do Ministério Público, agradecemos, de logo, a contribuição de todos aqueles que, gentilmente, embarcaram nesse desafio reflexivo, abrilhantado por cada saudação, palestra e participação que se darão nesses dois dias.

Deixo, por fim, a prece de Fernando Pessoa:

Senhor, a noite veio e a alma é vil.

Tanta foi a tormenta e a vontade!

Restam-nos hoje, no silêncio hostil,

O mar universal e a saudade

Mas a chama, que a vida em nós criou,

Se ainda há vida ainda não é finda.

O frio morto em cinzas a ocultou:

A mão do vento pode erguê-la ainda (...)

Saudação Poética ao Ministro Ayres Britto – Um Passeio Entre Gonçalves Dias e Arlete Nogueira da Cruz



*Minha Terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.*

***Aqui, onde uma mulher se curva
e se inventa,
é onde de uma dor imensa e turva
se alimenta.***

*Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.*

***Aqui, quando tonta e avulsa
se procura,
é onde viva a luta lenta pulsa
e transfigura.***

*Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.*

***Aqui, onde o que é e será retorna
ao berço,
é onde busca âncora, estrela, bigorna
e terço.***

*Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.*

*Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.*

(Canção do exílio – Gonçalves Dias)
(Convicção – Arlete Nogueira da Cruz)

Literatura de Cordel - A acolhida do MPMA aos seus Visitantes, da cordelista Raimunda Frazão, apresentado no IIº Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



Raimunda Pinheiro de Souza Frazão nasceu em Campo de Pombinhas, Cantanhede-MA, em 14 de março de 1951. Filha de Crispim Souza e Idalina Pinheiro Souza, é Técnica em Edificações pela Escola Técnica Federal do Maranhão, Graduada em Teatro pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre em Literatura de Cordel, escritora com premiações em conto, poesia e cordel e artista plástica com várias exposições realizadas e seis prêmios em fotografia, sendo quatro deles em primeiro lugar. Possui mais de trinta publicações entre livros e cordéis, além de trabalhos veiculados em diversas mídias do Brasil. Trabalha com poesia em movimento. Já declamou suas poesias em muitas cidades do Maranhão, todos os estados do Brasil, Brasília e vários países. Participou da Bienal de Luanda pela Cultura da Paz em Angola, África, no ano de 2019. Atualmente faz trabalho voluntário, declamando poesias em escolas, hospitais, praças, bibliotecas, dentre outros.



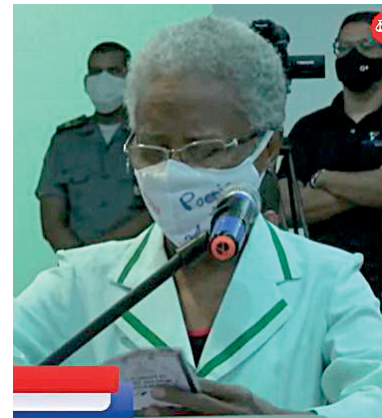


Autora:
Raimunda Pinheiro
de Souza Frazão

**A acolhida do
MPMA aos seus
visitantes**

LITERATURA DE CORDEL

Capa: René Caldas / São Luís-MA, Novembro de 2021



A acolhida do MPMA aos seus visitantes

Peço a proteção de Deus
Para entrar nesta contenda,
De escrever um cordel
Atendendo a uma encomenda,
Sobre um assunto que eu
Talvez pouco ou nada entenda!

Governadores, Ministros,
Desembargador Federal,
Procuradores, Promotores,
Estudantes em geral,
Bem-vindos ao XI Congresso
Que será sensacional!

Agradecendo ao Ilustre
Doutor Eduardo Nicolau,
Que da Justiça do Maranhão
É o Procurador-Geral,
Que recebe os convidados
Com alegria sem igual!

1

Pelos ideais de Justiça
A vida sacrificou,
Por perseguições políticas
A Cúpula o exonerou,
"A Bem do serviço público"
O que no papel constou.

Pioneiro no romance
De cunho naturalista,
Renovador cultural,
Dramaturgo, romancista,
Cronista, bom folclorista,
Poeta abolicionista!

É o Ministério Público
Do Estado do Maranhão,
Que na defesa dos Direitos
Está sempre em ação,
Para atender a sociedade
Com clareza e prontidão!

5

As Liberdades Democráticas
Vão discutir e promover,
Alinhar todo o Brasil
Para os Direitos conhecer,
Mostrando que são de todos
Não só de quem tem poder.

A ESMP
É uma instituição
De Ensino, de Pesquisa,
E também de Extensão,
O Periódico LUMIAR
Dela é uma publicação!

A Escola Superior do MP
No momento atual,
Continua a cumprir
Sua meta principal,
Formar os membros da Casa
Com eficiência total!

2

Para evitar que a História
No tempo venha a se perder,
Crie um Memorial
Que vale a pena conhecer,
Saber como no passado
Estiveram a proceder!

Precisamos conhecer
A História do passado,
Para termos o presente
Bem melhor aproveitado,
E um futuro esperançoso
Por Deus direcionado!

Visitação por escolas
Um dos passos importantes,
Levando conhecimento
Para nossos estudantes,
Que no futuro deverão
Trilhar novos horizontes!

6

A Pedagogia do Oprimido
O Paulo Freire criou,
E neste grande legado
A ESMP se baseou,
E vem ampliando o método
Que na Escola implantou!

O Direito da criança,
Também do adolescente,
A maioria conhece,
Isso me deixa contente,
Respeito para as meninas,
Peço encarecidamente!

Dos Direitos das meninas,
Temos mesmo que falar,
Para que fiquem sabendo
Que é preciso respeitar,
Assim nós teremos sempre
A alegria em cada Lar.

3

Visite o Memorial
Com calma, sem muita pressa,
Efetue uma pesquisa
Da parte que lhe interessa,
Ao final você verá
Que tudo foi bom à beça!

Vá pela Linha do Tempo
Quando da visitação,
Dos períodos da História
Ela faz a associação,
Da História Nacional
Com a História do Maranhão!

Procuradoras-Gerais
De Justiça do País,
As pioneiras foram elas
Conforme a História diz,
Néa Bello e Elimar Silva,
Uma dupla bem feliz!

7

Dos Direitos do idoso,
Até da Tutela Penal,
Da Cultura, Literatura,
E da Educação ambiental,
Em tempos de pandemia,
Falou-se de forma virtual!

Para perpetuar valores
E preservar a História,
Lembrando as dificuldades
Também os dias de glória,
O MPMA criou
O grande MP Memória!

O Promotor Celso Magalhães
No acervo é destacado,
Patrono do Ministério Público
Por haver lá no passado,
Contra importante dama,
Acusação empreitado.

4

Os desafios do Direito
Puseram em discussão,
Para um alinhamento,
A nova Constituição,
Com fóruns e seminários
Ampliando a formação!

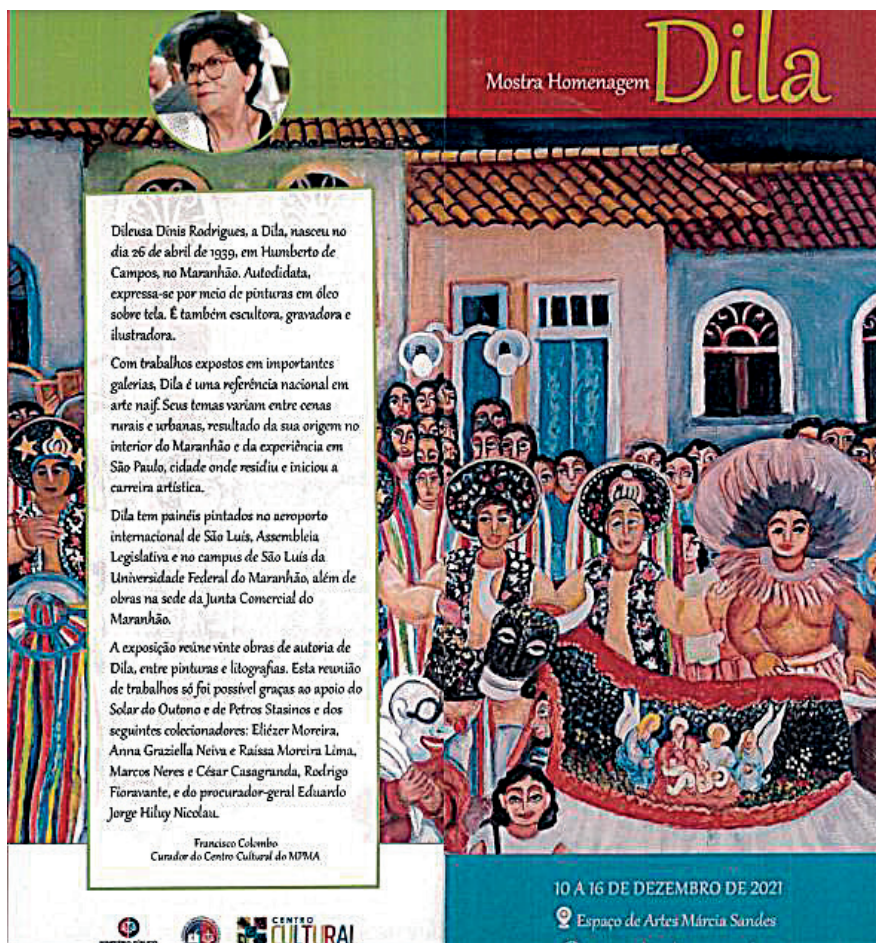
Maria da Conceição Motta,
Aurora Correia Lima,
Arcelina Rodrigues Mochel,
Na Justiça feminina,
A elas Deus deu poderes
Para cumprimento de sina!

Concluída a tarefa,
É hora de gratidão,
A Deus, e aos que fazem parte
Da grande Instituição,
Que é o Ministério Público
Do Estado do Maranhão!

8

Illa do Maranhão, 25/10/2021
Aniversário de Nascimento de Crispim Souza, meu pai, o
homem que, além de me fazer, me ensinou a ler.
Escrever eu estou tentando aprender até hoje!
Raimunda Pinheiro de Souza Frazão

Exposições durante o 11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



Mostra Homenagem Dila

Dileusa Dónis Rodrigues, a Dila, nasceu no dia 26 de abril de 1939, em Humberto de Campos, no Maranhão. Autodidata, expressa-se por meio de pinturas em óleo sobre tela. É também escultora, gravadora e ilustradora.

Com trabalhos expostos em importantes galerias, Dila é uma referência nacional em arte naïf. Seus temas variam entre cenas rurais e urbanas, resultado da sua origem no interior do Maranhão e da experiência em São Paulo, cidade onde residiu e iniciou a carreira artística.

Dila tem painéis pintados no aeroporto internacional de São Luís, Assembleia Legislativa e no campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão, além de obras na sede da Junta Comercial do Maranhão.

A exposição reúne vinte obras de autoria de Dila, entre pinturas e litografias. Esta reunião de trabalhos só foi possível graças ao apoio do Solar do Outono e de Petros Stasinos e dos seguintes colecionadores: Eliézer Moreira, Anna Graziella Neiva e Raissa Moreira Lima, Marcos Neres e César Casagrande, Rodrigo Fioravante, e do procurador-geral Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

Francisco Colombo
Curador do Centro Cultural do MPMA

10 A 16 DE DEZEMBRO DE 2021
Espaço de Artes Márcia Sandes

Mostra em Homenagem à artista Dila

Exposição Ser Menina

Na ocasião, o gestor Wilson dos Santos Chagas, do Centro Educacional Maria José Aragão, em entrevista à servidora da ESMP/MA Maíra Lopes de Castro, falou das telas que foram executadas pelas alunas do centro educacional



Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção

Iniciou-se no dia 02.09.2021 o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão.

O curso apresenta um conjunto de disciplinas com ementas que propiciam conhecimentos teóricos e práticos na área, levando à reflexão do papel das Ciências Criminais e das iniciativas anticorrupção na sociedade atual, assim como ao desenvolvimento de habilidades e competências que possam contribuir para o bom desempenho da profissão jurídica na esfera penal.

Foram aprovados para o Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, conforme o Edital nº 01/2021-ESMP/MA, 50 alunos entre membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Os módulos I ao VII foram ministrados no período de 02.09.2021 a 03.12.2021, sendo eles:

I Módulo: Justiça Penal Negociada - 02 e 03.09.2021 - Professor: Dr. Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do STJ - Carga horária: 30h

II Módulo: Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior - 30.09. e 01.10.2021 - Professora: Dra. Lucyléa Gonçalves França - Carga horária: 30h

III Módulo: Direitos Humanos - 14 e 15.10.2021 - Professores: Dra. Esther Martinez Quinteiro e Dr. Carlos Henrique Vieira - Carga horária: 15h

IV Módulo: Crime Organizado e Organizações Criminosas - 21 e 22.10.2021 - Professora: Dra. Ana Luiza Almeida Ferro - Carga horária: 15h

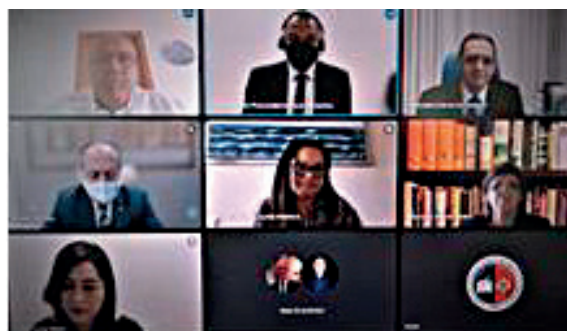
V Módulo: Lavagem de Capitais e Repatriação de Ativos - 04 e 05.11. 2021 - Professor: Me. Vladimir Barros Aras - Carga horária: 30h

VI Módulo: Criminalística e Medicina Legal - 18 e 19.11.2021 -

Professor: Dr. Sami Abder Rahim Jbara El Jundi - Carga horária: 30h

VII Módulo: Diagnóstico Criminal - 02 e 03.12.2021 - Professor: Me. José Cláudio Almada Lima Cabral Marques - Carga horária: 15h

A aula inaugural ocorreu no dia 02.09.2021, de forma virtual, e foi ministrada pelo Professor Nicolás Rodríguez Garcia da Universidade de Salamanca (Espanha).



EDITAL N° 001/2021*-ESMP/MA, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* (ESPECIALIZAÇÃO) EM CIÊNCIAS CRIMINAIS E DIREITO ANTICORRUPÇÃO, DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, por meio do presente edital público, dar conhecimento aos interessados de que estarão abertas as inscrições ao processo seletivo 2021 para preenchimento das vagas do Curso de Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, a partir das 16 horas do dia 17 de agosto, até as 15 horas do dia 25 de agosto de 2021, nos seguintes termos:

DAS VAGAS

Serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas, exclusivamente para membros, servidores e assessores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

1. Para se inscrever no processo seletivo, o candidato deverá preencher o formulário eletrônico e apresentar os seguintes documentos:

- a. cópia do Diploma de Graduação em Direito reconhecido pelo MEC, ou declaração de conclusão, fornecida pelo coordenador do referido curso;
- b. cópia da carteira de identidade e da inscrição no cadastro de pessoa física;
- c. carta de intenções, incluindo expressa menção ao cargo, função e local de lotação, cujo modelo se encontra disponível no Anexo III, apenas para fins de sugestão.

1.1. As inscrições serão realizadas por meio do endereço eletrônico <https://seletivos.mpma.mp.br>, que estará disponível durante o período de inscrição.

1.2. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão nas informações prestadas na ficha de inscrição.

1.3. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado no processo seletivo e que o fato seja constatado posteriormente.

2. Os membros do Ministério Público do Estado do Maranhão terão preferência na ocupação das vagas, até o limite de 30 (trinta). Em relação aos demais candidatos, será observada a seguinte ordem de preferência para o preenchimento das vagas restantes:

- a. servidores e assessores com atuação em órgãos com atribuições no campo da defesa do patrimônio público, até o limite de 10 (dez);
- b. servidores e assessores com atuação em órgãos com atribuições criminais;
- c. servidores e assessores sem titulação em pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* na área criminal;
- d. servidores e assessores com mais tempo de serviço na instituição;

§ 1º. Em cada uma das categorias listadas, o critério de desempate será a idade, considerando dia, mês e ano de nascimento do candidato, em atenção ao disposto no art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso.

§ 2º. Fica reservado aos candidatos com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes, observada a regra do parágrafo 2º, artigo 15, da Resolução nº 81/2012-CNMP.

§ 3º. Fica reservado aos candidatos negros o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas existentes, nos termos da Resolução nº 217/2020-CNMP.

§ 4º. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição no processo seletivo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 5º. Inexistindo candidatos aprovados para as vagas reservadas a pessoas negras ou com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

3. O resultado do processo seletivo será divulgado até o dia 27 de agosto de 2021, por meio de publicação no endereço eletrônico: <https://seletivos.mpma.mp.br>.

4. Não haverá segunda chamada, vista ou revisão do processo seletivo.

5. A seleção dos candidatos e os critérios de admissão regular-se-ão pelas disposições contidas nos Regimentos Interno e do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

6. A Escola Superior do Ministério Público encaminhará a lista dos candidatos selecionados à Universidade Federal do Maranhão, em cumprimento ao Convênio nº 03/2021.

6.1. Os membros e servidores vinculados ao quadro do Ministério Público do Maranhão deverão, antes da inscrição na UFMA, firmar compromisso de:

- a. permanência na instituição por prazo igual àquele do período de execução do curso, sob pena de restituição financeira integral, em valores atualizados de mercado, tomando-se por indexador o valor médio praticado para as Especializações em Direito ofertadas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; e
- b. disposição à Administração Superior, sem prejuízo de suas funções, por igual período ao de seu afastamento, para atuar em programas de aperfeiçoamento dos quadros da Instituição, dentro de sua área de especialização, reservando, ainda, tempo mínimo de duas horas semanais para atividades da Escola Superior do Ministério Público, preferencialmente a de magistério.

7. Os candidatos selecionados efetuarão sua inscrição perante a Universidade Federal do Maranhão no prazo e sob as condições a ser estabelecidos pela referida instituição.

8. A mesma regra contida na alínea *a* do item 6.1 deste Edital aplica-se às situações de abandono ou desistência.

9. O presente curso possui carga horária de 360 horas/aula, tendo duração de 12 (doze) meses, nesse prazo incluída a aprovação do Trabalho Final, o qual deverá ser apresentado até 02 (dois) meses após o término das aulas.

10. O processo seletivo de que trata este Edital e o curso respectivo são disciplinados pelo Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação, pelas cláusulas do Convênio nº 03/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

11. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Examinadora, designada pela Diretora da ESMP/MA, mediante indicação da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP.

São Luís, 17 de agosto de 2021.

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

ANEXO I

PLANO DE CURSO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ESMP/MA)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS E DIREITO ANTICORRUPÇÃO

COORDENAÇÃO

Coordenador: JOSE HUMBERTO GOMES OLIVEIRA

Titulação: Mestre

Unidade de Lotação: DEDIR/UFMA

Nome: LUCYLÉA GONÇALVES FRANÇA

Titulação: Doutora

Unidade de Lotação: DEDIR

No âmbito do MPMA, a coordenação será exercida pela ESMP/MA, representada por sua Diretora, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, e pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, Dra. Ana Luiza Almeida Ferro.

CARGA HORÁRIA

A carga horária prevista é de 360 horas.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo é constituído por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

JUSTIFICATIVA

A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, *ex vi* das diretrizes traçadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ostenta um novo perfil finalístico, representado no “oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral”, conforme insculpido na atual redação do art. 37, *caput*, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991.

Osensívelincrementodacriminalidade,oaltopotenciallesivodocrimeorganizado, ainda mais associado ao crime de colarinho branco, a tendência contemporânea de especialização em algumas modalidades do crime e o despreparo ou preparo insuficiente do Estado para o adequado enfrentamento de alguns dos velhos e novos desafios impostos à segurança pública – a exemplo da deficiência na produção da prova pericial, da globalização do crime e da disseminação

de práticas de corrupção e de lavagem de dinheiro, com elevado grau de impunidade apesar dos progressos obtidos com iniciativas como a Operação Lava-Jato, hoje infelizmente sofrendo retrocessos legislativos e jurisprudenciais – constituem temas que têm adquirido relevância cada vez maior no debate social e institucional no Brasil e alhures, justificando o aumento e o aprofundamento dos estudos teóricos e da pesquisa nessa matéria, com consequências nas áreas doutrinária, jurisprudencial e legislativa, que propiciam novas formas de agir e uma reflexão acerca do papel do Estado, das Ciências Criminais, particularmente no campo das estratégias anticorrupção, e da Perícia frente às novas realidades e tecnologias do crime, como exigência da sociedade hodierna, confrontada com questões cotidianas de reconhecida gravidade e complexidade. Note-se, ademais, que tais investigações requerem uma abordagem de caráter interdisciplinar, em função da complexidade da natureza de seu objeto multifário, demandando comprometimento institucional, bem como plena disponibilidade de diálogo entre as partes envolvidas nos estudos teóricos e na pesquisa, as quais devem se apresentar em sintonia com as particularidades da conexão entre as exigências da produção acadêmica e as necessidades da sociedade e de suas instituições e agentes, a exemplo do Ministério Público e de seus membros.

Os novos desafios impostos pelo aumento e pela especialização da criminalidade levam à percepção da necessidade de capacitação, atualização, aprimoramento e especialização contínuos dos membros do *parquet* e de outros operadores do Direito no tocante ao domínio de conhecimentos inerentes ao exercício da profissão jurídica nas searas penal e processual penal, visando ao incremento qualitativo dos serviços oferecidos à sociedade em geral e ao cidadão em particular, de forma a contribuir para a crescente melhoria do nível de satisfação do destinatário dos serviços, especialmente os de natureza pública.

A anticorrupção constitui uma concepção ou movimento de oposição e combate ao fenômeno da corrupção, ou seja, na sua acepção mais corrente, ao desvio, por parte de agentes públicos, do cumprimento imparcial da função, por ação ou omissão, em detrimento do interesse público e em favor do interesse privado, com o objetivo de obtenção de algum tipo de vantagem, de maneira a prejudicar bens, serviços e/ou interesses do Estado. Tal definição toma por parâmetro o fenômeno da corrupção pública, preponderante como objeto de estudo dos doutrinadores, sendo o alvo prioritário do movimento e das legislações anticorrupção pelo mundo. Todavia, também é possível considerar a corrupção entre particulares, em tese, de menor potencial lesivo. Em qualquer caso, justifica-se plenamente a concepção de existência de um Direito Anticorrupção, inclusive de um Direito Internacional Anticorrupção, mediante crescentes ações e normas no âmbito internacional, traduzidas em tratados, voltadas para a prevenção, a detecção, a punição e a eliminação da corrupção, sob a ótica da proteção de direitos humanos. Por outro prisma, este Direito internacional tem alicerçado a implementação de normas anticorrupção internas nos países, a exemplo do Brasil, onde se impõem hodiernamente quatro marcos legislativos na luta anticorrupção: a Lei n.º

8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa) e a Lei n.º 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas).

Nesse contexto, o presente projeto de Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, na modalidade de Especialização, inserido no Programa de Pós-Graduação *lato sensu* da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, já devidamente credenciada, nos termos da Resolução n.º 232/2005-CEE, esta retificada e complementada pela Resolução n.º 002/2006-CEE, e da Resolução n.º 39/2019-CEE, apresenta um conjunto de disciplinas com ementas que propiciam conhecimentos teóricos e práticos na área, levando à reflexão do papel das Ciências Criminais e das iniciativas anticorrupção na sociedade atual, assim como ao desenvolvimento de habilidades e competências que possam contribuir para o bom desempenho da profissão jurídica na esfera penal.

O curso é voltado para membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

OBJETIVOS

São objetivos gerais do Curso os seguintes:

- a) atender às diretrizes constitucionais, determinadas pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, no relativo ao aprimoramento dos membros e servidores dos quadros do Ministério Público, tendo em vista, ainda, a premente necessidade de constante atualização de conhecimentos, em face das reflexões originadas na prática jurídica e estimuladas pela própria natureza da Ciência do Direito, cuja dinâmica revela o conflito social e gera uma indispensável resposta por parte do sistema de Justiça e de Direito ao cidadão jurisdicionado;
- b) oferecer elementos para a sistematização das ações pedagógico-institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- c) aprofundar o conhecimento profissional e acadêmico, bem assim possibilitar o desenvolvimento da habilidade de produzir pesquisa em área específica e levar à preparação obrigatória de notas técnicas, manuais operacionais, artigos e outros instrumentos, além do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que se revelem adequada revisão bibliográfica, capacidade de sistematização e de exposição, domínio do tema e da metodologia pertinente.

São objetivos específicos do Curso os adiante discriminados:

- a) formar profissionais com conhecimento aprofundado, atualizado e crítico

em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, que possam contribuir para a formulação de novos modelos e paradigmas de Justiça Penal, bem como para a apresentação de propostas e sugestões de possíveis soluções para os novos desafios e problemas da realidade social;

- b) qualificar membros e servidores do Ministério Público para os novos desafios e tendências do Direito Penal e Processual Penal, sob a ótica constitucional, com reflexo no exercício profissional e na ação institucional;
- c) qualificar membros e servidores do Ministério Público para os novos desafios e tendências do Direito Penal e Processual Penal, com ênfase na prática das atividades ministeriais, mediante o estudo de casos;
- d) desenvolver habilidades e competências voltadas para a produção de pesquisa e de conhecimento em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, mediante estímulo à reflexão e ao debate crítico e à produção acadêmica sobre temas inseridos nessas áreas, em abordagem com ênfase na interdisciplinaridade;
- e) capacitar membros e servidores do Ministério Público para a docência superior no domínio das Ciências Criminais;
- f) contribuir para a geração de uma visão crítica do exercício profissional e do papel político e social do Estado e de seus agentes na prevenção e combate à corrupção e ao crime em geral, especialmente o organizado e o de colarinho branco, com alicerces em valores éticos;
- g) formar profissionais com conhecimentos básicos sobre noções de Criminalística, Medicina legal e Perícia no campo do combate ao crime organizado e ao crime de colarinho branco, à corrupção e à lavagem de dinheiro e em áreas afins.

ESTRUTURA DO CURSO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA

NÚCLEO BÁSICO

Disciplinas:

Tópicos em Hermenêutica Constitucional Penal e do Processo Penal

Direitos fundamentais e sua relação com o Direito Penal e Processual Penal. Garantismo penal. A defesa dos direitos e garantias fundamentais do cidadão em face da promoção do interesse de segurança pública e de controle do crime. Concurso de pessoas: as teorias da cegueira deliberada e do domínio do fato. A problemática constitucional do bem jurídico. Crimes hediondos e equiparados. Garantias penais constitucionais. Subsidiariedade do Direito Penal. Legalidade, irretroatividade, lei benéfica. Garantias processuais penais. Imputado e direito de

defesa. Presunção de inocência e privilégio contra a autoincriminação: alcance e limites. Contraditório. Igualdade e paridade de armas. Direito constitucional à prova e vedação das provas obtidas por meios ilícitos. Regrimentos constitucionais da prisão e da liberdade. Direitos do preso. Constitucionalidade de normas penais e processuais penais em processos judiciais e procedimentos investigatórios criminais. Jurisprudência. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CATTONI, Marcelo (Coord.). *Jurisdição e hermenêutica constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DELMAS-MARTY, Mireille. *A imprecisão do Direito: do Código Penal aos direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2005.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Os grandes sistemas de política criminal*. São Paulo: Manole, 2004.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior

Conceitos básicos de Metodologia da Pesquisa: objeto e problema da pesquisa, métodos de abordagem, fundamentação teórica, hipóteses, métodos, tipos, técnicas e procedimentos de pesquisa. Estrutura e elaboração do projeto de pesquisa. Conceitos básicos de Metodologia do Ensino. Didática do Ensino Superior. As diferentes correntes da Educação no ensino superior. Processos educativos e técnicas de abordagem inclusiva e interdisciplinar em espaços de trabalho. Elaboração de planos de ensino e de aula. (30 h)

BIBLIOGRAFIA

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 10. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 2006.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

TOTAL PARCIAL: 45 h

NÚCLEO DE ESPECIALIZAÇÃO

Disciplinas:

Direitos Humanos

O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal. Direitos humanos e direitos fundamentais: os graus de positividade. Os direitos humanos como princípios e normas no plano nacional e internacional. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica. Hierarquia e força vinculante. Convencionalidade. Os direitos humanos nas relações jurídicas subjetivas. A titularidade dos direitos humanos: limites e crítica ao Direito processual. Os fundamentos dos direitos da personalidade. O fundamento do direito de liberdade. O fundamento da igualdade. O fundamento dos direitos sociais e econômicos. Proteção ao direito da vítima. Direitos humanos e Estado Democrático de Direito. Direitos humanos e Direito penal. Violência de gênero. Femicídio. Direitos humanos e Direito processual penal. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. Introdução: sentido e evolução dos direitos humanos. In: COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 1-66.

Direito Anticorrupção

Noções sobre corrupção e anticorrupção. Antecedentes. Grupos conceituais sobre a corrupção. Classificação sobre a corrupção. Corrupção crime organizado. Corrupção e eleições. Direito internacional anticorrupção. A Convenção Interamericana contra a Corrupção. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A legislação brasileira. Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa). Lei n.º 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas). Questões polêmicas. Retrocessos legislativos. Estudo de casos. (45 h)

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

FELDENS, Luciano. *Tutela penal de interesses difusos e crimes do colarinho branco*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e ragione: teoria del garantismo penale*. 6ª ed. Roma: Laterza, 2000. 1062 p.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, direito penal e Lei Anticorrupção*. São Paulo: Saraiva Jur, 2015.

SOUZA, Marcelo Agamenon Goes de. *Cautelaridade da prisão preventiva*. Temas & Idéias, 2004.

STRECK, Lenio Luiz. *Tribunal do Júri: símbolos & rituais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SUTHERLAND, Edwin H. *White collar crime: the uncut version*. New Haven/London: Yale University Press, 1983. 291 p.

SUTHERLAND, Edwin H.; CRESSEY, Donald R.; LUCKENBILL, David F. *Principles of criminology*. 11th ed. New York: General Hall, 1992. 696 p. (The Reynolds Series in Sociology).

TEOTÔNIO, Luis Augusto Freire. *Culpabilidade: concepções e modernas tendências internacionais e nacionais*. Sorocaba: Minelli, 2002.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. *Comentários à Lei dos Juizados Especiais Criminais*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 4.

TUBENCHLAK, James. *Tribunal do Júri: contradições e soluções*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

Crime Organizado e Organizações Criminosas

O crime organizado como ameaça ao direito humano e à segurança. A Segurança Pública. As origens do crime organizado no mundo e no Brasil. As características do crime organizado. Globalização e criminalidade. Crime organizado, crime de colarinho branco e terrorismo. A teoria da associação diferencial de Edwin Sutherland e as peculiaridades do crime de colarinho branco. Fundamentos de Direito Internacional. A cooperação internacional na luta contra o crime organizado e a corrupção. A Convenção de Palermo e outras normas internacionais e as legislações penais europeia e brasileira. As principais organizações criminosas. Crime organizado no Brasil e no Maranhão. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

ABADINSKY, Howard. *Organized crime*. 7th ed. Belmont, California: Wadsworth, 2003. 408 p.

AGAMBEN, Giorgio. O Estado de Exceção como paradigma de governo. In: AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 9-49.

ALMEIDA, Gevan de Carvalho. *Modernos movimentos de Política Criminal e seus reflexos na legislação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

FERRO, Ana Luiza Almeida. *Crime organizado e organizações criminosas mundiais*. Curitiba: Juruá, 2009.

Inteligência Investigativa

Noções de inteligência, ciclo de inteligência, contrainteligência e operação de inteligência. Terminologia e conceitos básicos. Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP). Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE). Inteligência de Estado, inteligência militar, inteligência policial, inteligência ministerial, inteligência institucional, inteligência penitenciária, inteligência de Segurança Pública, inteligência fiscal e inteligência financeira. Ética e inteligência. Doutrina de inteligência. Princípios básicos de inteligência. Inteligência estratégica e inteligência tática. Tipos de conhecimento de inteligência. Processo de produção de conhecimentos de inteligência. Identificação de necessidades informacionais, planejamento e obtenção dos dados. Organização e avaliação dos dados. Técnica de avaliação de dados – avaliação da fonte e do conteúdo e determinação do grau de credibilidade. Análise e síntese. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel. *Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá. *Nova lei antidrogas comentada: crimes e regime processual penal*. Curitiba: Juruá, 2006. 304 p.

HARTZ, Wilhelm. *Interpretação da lei tributária: conteúdo e limites do aspecto econômico*. Tradução de Brandão Machado. São Paulo: Resenha Tributária, 1993.

HASSEMER, Winfried. Límites del Estado de Derecho para el combate contra la criminalidad organizada: tesis y razones. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 23, p. 25-30, jul./set. 1998.

HASSEMER, Winfried. Segurança pública no Estado de direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 55-69, jan./mar. 1994.

Técnicas de investigação, Inquérito Policial e Procedimento Investigatório Criminal (PIC)

Investigação criminal. Inquérito Policial e Procedimento Investigatório Criminal (PIC). Jurisdição e competência. Ação controlada, entrega vigiada, monitoramento de comunicações, colaboração premiada, infiltração de agente e operacionalização policial. Produção de provas. Prova emprestada. Ação penal. Processo penal. Questões polêmicas. Jurisprudência. Estudo de casos. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

KENNEY, Dennis J.; FINCKENAUER, James O. *Organized crime in America*. Belmont, California: Wadsworth, 1994. 398 p.

LEITE FILHO, José Raimundo. *Corrupção internacional, criminal compliance e investigações internas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LEVORATO, Danielle Mastelari. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais*. São Paulo: RT, 2006.

GALVÃO, Fernando. *Política criminal*. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. 168 p. (Coleção Ciências Criminais, 3).

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. *O direito penal na era da globalização: hipertrofia irracional (caos normativo), instrumentalização distorcionante...* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 176 p. (Coleção As Ciências Criminais no século XXI, 10).

Diagnóstico Criminal

Conceitos fundamentais. Pesquisa e análise sistemática de dados, produção eficiente de informações e mapeamento criminal. Tabelas estatísticas: representação gráfica. Propriedades do somatório: arredondamento de números, distribuição de frequência. Medidas de tendência central: média, moda e mediana. Medidas separatrizes: quartil, decil e percentil. Medidas de dispersão ou variabilidade: variância, desvio padrão e coeficiente de variação. Construção da base teórica e levantamento de pesquisas. Coleta de dados qualitativos. Construção de instrumentos de coleta. Técnicas de análise qualitativa aplicadas à Segurança Pública. Introdução à análise de conteúdo segundo Bardin. Revisão da literatura e pesquisa na área da Segurança Pública. Amostragem. Estratificação. Folhas de verificação. Diagrama de Pareto. Diagrama de Ishikawa. Gráficos de correlação. Programa Alguns testes estatísticos. Aplicação de software. A geografia da violência. O conhecimento espacial/territorial como variável de tomada de decisões na Segurança Pública. Ferramentas de geoinformação na análise da criminalidade. Representações de variáveis críticas com aplicações aos problemas de criminalidade. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SEGUIN, Elida. *Lei dos Crimes Ambientais*. Rio de Janeiro: Adcoas/Esplanada.

SILVA, Ivan da. *Crimes ambientais e Juizados Especiais*. Curitiba: Juruá, 2005.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito Penal supra-individual: interesses difusos*. São Paulo: RT, 2003.

Crimes Cibernéticos e Perícia Forense Digital

Crimes cibernéticos: conceito, classificação. Prevenção e repressão. Tipificação de condutas. Autoria. Materialidade. Locus delicti. Características e mitos dos crimes cibernéticos. Redes sociais e crimes cibernéticos. Perícia Forense Digital. Investigação em criptomoedas. Jurisprudência. Estudo de casos. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Alesandro Gonçalves; BRASIL, Beatriz Silveira. *Investigação cibernética à luz do marco civil da internet*. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

BARROS, Romeu Pires de Campos. *Processo penal cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

BATISTA, Nilo. *Novas tendências do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BONFIM, Edilson Mougenot. *No Tribunal do Júri*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRAZ, Graziela Palhares Torreão. *Crime organizado x direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 1999. 190 p.

Lei de Execução Penal e Sistema Penitenciário

Sistemas penitenciários. As funções atribuídas às penas: retribuição, intimidação, reafirmação do valor da norma, ressocialização e neutralização. A Lei de Execução Penal. Direitos e deveres do apenado. Execução das penas em espécie. Regime de penas. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). A presença de facções criminosas nos presídios. Prisão domiciliar. Incidentes da execução. Progressão e regressão. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Medidas de segurança. Anistia e indulto. Questões polêmicas. Jurisprudência. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

FERRO, Ana Luiza Almeida. *Robert Merton e o funcionalismo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 104 p. (Coleção Ciências Criminais, 11).

FERRO, Ana Luiza Almeida; PEREIRA, Flávio Cardoso; GAZZOLA, Gustavo dos Reis. *Criminalidade organizada: comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013*. Curitiba: Juruá, 2014.

FRANCO, Alberto Silva et al. *Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

GALVÃO, Fernando. *Política criminal*. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. 168 p. (Coleção Ciências Criminais, 3).

GALVÃO, Fernando. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Tutela Cautelar no Processo Penal

Teoria geral. Caracteres das providências cautelares. Pressupostos das medidas cautelares. As medidas cautelares do processo penal brasileiro: formas e princípios. Prisão cautelar. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Prisão em virtude de pronúncia. Prisão em virtude de sentença condenatória recorrível. Liberdade provisória. Aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Cautelas patrimoniais. O erro judiciário no processo penal cautelar. Questões polêmicas. O processo penal cautelar na jurisprudência. Estudo de casos. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Claudia Pinheiro da. *Sanção penal, sua gênese e tendências modernas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

COSTA FILHO, Paulo Enio Garcia da. *Medicina legal e criminalística*. 2. ed. Alumnus, 2015.

LIMA, Marcellus Polastri. *A tutela cautelar: no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Teoria constitucional do direito penal*. São Paulo: RT, 2000

LYMAN, Michael D. *Organized crime*. 7th ed. New York: Pearson, 2018. MACHADO, Antonio Alberto. *Prisão cautelar e liberdades fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

Justiça Penal Negociada

Origens da Justiça Penal negociada. Direito comparado: características dos sistemas, limites da negociação, procedimento, vantagens e desvantagens. A Justiça Penal negociada no Brasil desde a Constituição Federal de 1988. Desenvolvimento histórico. Aspectos fundamentais da Justiça Penal negociada no Brasil. Princípios da Justiça Penal negociada. A negociação penal nas infrações de menor potencial ofensivo, nos crimes comuns e no caso do crime organizado. Acordo de não persecução penal (ANPP). Acordo de colaboração premiada. Acordo de leniência. Criminal compliance. (20h). Estudo de casos. (30 h)

BIBLIOGRAFIA

COSTA NETO, Nicolao Dino C. *Crimes e infrações administrativas ambientais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Garantias processuais nos recursos criminais*. São Paulo: Atlas, 2002.

CUNHA, Maria da Conceição Pereira da. *Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização*. Porto: Editora Universidade Católica Portuguesa, 1995.

CUNHA, Rogério Sanches. *Pacote Anticrime: lei 13.964/2019*. Salvador: Juspodivm, 2020.

Criminalística e Medicina Legal

Diferenças básicas entre a Criminalística, a Criminologia e a Medicina legal. Noções de Criminalística. Áreas de atuação da Criminalística. Noções de Medicina Legal. Peritos e perícia. Corpo de delito. Quesitação e interpretação de laudos periciais. Balística forense: armas de fogo, identificação de armas de fogo, cartuchos de munição das armas de fogo, exames químicos para arma de fogo, incidente de tiro, exames físico-químicos relacionados de tiro, exames comparativos dos elementos de munição, exames químicos em armas de fogo e na munição. Tanatologia, Traumatologia forense e Asfixiologia. Exames em local de crime. Exames em locais de morte violenta. Exames em locais de acidente de trânsito. Exames laboratoriais. Exames em locais de crime contra o patrimônio. Exames de engenharia forense. Datiloscopia forense. Métodos químicos na revelação de impressões papilares. Incêndio, físico-química do fogo, ciclos típicos de um incêndio, fontes de ignição, química de explosivos e explosões, investigação de explosivos, análise de cena de incêndio. Documentos cópia e grafotecnia forense. Identificação veicular: adulterações mais comuns e suas características. Estudo de casos. (30 h)

BIBLIOGRAFIA

GOMES, Abel Fernandes; PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas; SANTOS, William Douglas Resinente dos. *Crime organizado e suas conexões com o Poder Público: comentários à Lei nº 9.034/95: considerações críticas*. Rio de Janeiro: Impetus, 2000. GOMES, Hélio. *Medicina Legal*. 33. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Nova Lei de Drogas comentada artigo por artigo: Lei 11.343/2006, de 23.08.2006*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. *Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GRINOVER, Ada Pellegrini. *As nulidades no processo penal*. 9. ed. São Paulo: RT, 2006.

GRANADO, Marcello (Coord.). *Nova lei antidrogas: teoria, crítica e comentários à lei nº 11.343/06*. Niterói: Impetus, 2006.

GRECO, Rogério; SANTOS, William Douglas Resinente dos. *Medicina Legal*. Niterói: Impetus, 2019.

Perícia Psiquiátrica e Genética Forense

Psicopatologia forense. Perícia psiquiátrica. Genética forense. Estudo de casos. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Daniel Martins de. *Introdução à Psiquiatria Forense*. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BARROS, Daniel Martins de; CASTELLANA, Gustavo Bonini (Ed.). *Psiquiatria Forense: interfaces jurídicas, éticas e clínicas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

EPIPHANIO, Emilio Bicalho; VILELA, José Ricardo de Paula Xavier. *Perícias Médicas: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

MOTTA, Rubens Cenci. *Manual de Iniciação em Perícias Médicas*. São Paulo: Ltr, 2013.

TABORDA, José G.V.; ABDALLA FILHO, Elias; CHALUB, Miguel. *Psiquiatria Forense*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Criminologia

Criminologia, Política criminal e Direito penal. A Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar. Conceito, método, objeto, sistema e funções da Criminologia. As Escolas e as diversas teorias da criminalidade. A moderna Criminologia “científica” e os vários modelos teóricos. Biologia Criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal. Criminologia crítica e Criminologia radical. Criminologia cultural. O crime organizado e o crime de colarinho branco à luz da Criminologia. Polícia e Segurança Pública. Mídia, insegurança e criminalidade. Vitimologia. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência a violência do controle penal*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da reação social*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ARAÚJO, Gladston Fernandes de. *Tribunal do Júri: uma análise processual à luz da Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

ARAUJO JUNIOR, João Marcello. Os grandes movimentos da política criminal de nosso tempo – aspectos. In: ARAUJO JUNIOR, João Marcello (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 65-79.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GEMAQUE, Sílvio César Arouck. *Dignidade da pessoa humana e prisão cautelar*. RCS Jurídico, 2006.

Lavagem de Capitais e Repatriação de Ativos

Conceitos e utilização de dados financeiros para a elucidação de crimes de lavagem de dinheiro. Análise e identificação de movimentações financeiras suspeitas. Sistemas, métodos, identificação de risco, padrões, rotinas. Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos. Funcionamento do sistema, objetivos, órgãos, estratégias, conceitos básicos, diretrizes governamentais, articulação dos órgãos, princípios, resultados. Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais). Questões controvertidas. Jurisprudência. Introdução à Cooperação Jurídica Internacional. Noções básicas, conceito, soberania, jurisdição, competência, instrumentos legais, princípios, tramitação (20h). Estudo de casos. (30 h)

BIBLIOGRAFIA

CACIAGLI, Mario. *Clientelismo, corrupción y criminalidad organizada*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996. 141 p. (Cuadernos y debates, 60).

CARVALHO, Amilton Bueno de et al. *Garantismo aplicado à execução penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Salo de (Coord.). *Crítica à execução penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime de lavagem de dinheiro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime organizado: aspectos gerais e mecanismos legais*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Curso de investigação criminal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Pacote Anticrime e Segurança Pública

Alterações promovidas na legislação penal e processual penal pela Lei nº 13.964/2019 e suas implicações na Segurança Pública e na atuação do Ministério Público. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Thiago André Pierobom. *Fundamentos do controle externo da atividade policial*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

BANDINI, Tullio; LAGAZZI, Marco; MARUGO, Maria Ida (Org.). *La criminalità organizzata: moderne metodologie di ricerca e nuove ipotesi esplicative*. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1993. (Medicina Legale, Criminologia e Deontologia Medica).

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1999. 254 p. (Coleção Pensamento Criminológico).

BARRETO, Alesandro Gonçalves; SANTOS, Hericson dos. *Deep web: investigação no submundo da internet*. Rio de Janeiro: Brasport, 2019.

WEDY, Miguel Tedesco. *Teoria geral da prisão cautelar e estigmatização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

WEISBURD, David; BRITT, Chester; WILSON, David; WOODDITCH, Alese. *Basic Statistics in Criminology and Criminal Justice*. 5th ed. Springer, 2020.

Controle externo da atividade policial

Contexto político do controle externo da atividade policial. Criminologia do desvio policial. O controle externo da atividade policial no paradigma do Estado Democrático de Direito (direitos fundamentais, legalidade e accountability). O controle de direção mediata da investigação criminal pelo Ministério Público. O controle de fiscalização processual da legalidade da investigação policial pelo Ministério Público. (15 h)

BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: FONTES PARA SUA HISTÓRIA. Marcos legais. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2003. v. 1.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: FONTES PARA SUA HISTÓRIA. Correspondência ativa dos promotores públicos do Império. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2004-2020. v. 2.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Pacote Anticrime comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLIVEIRA, Edmundo. *Política criminal e alternativas à prisão*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Processo e hermenêutica na tutela penal dos direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

TOTAL PARCIAL: 315h

TOTAL DO CURSO: 360 h

ÁREA DO CONHECIMENTO

A área do conhecimento do curso é em Direito, com foco em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

PERIODICIDADE

O curso terá duração de 12 (doze) meses, com previsão de início em setembro de 2021 e conclusão em agosto de 2022. O período letivo se divide em uma etapa docente de 10 (dez) meses, com aulas preferencialmente presenciais, bem como de outra etapa de 2 (dois) meses para a elaboração de um TCC no formato de artigo científico. A parte docente será realizada, de preferência, em módulos com intervalos de uma semana.

Quando a disciplina for de 15 (quinze) horas, esta será ministrada nas quintas-feiras, das 14h às 18h10, e nas sextas-feiras, das 9h às 13h10 e das 15h às 17h30, além de atividades extraclases.

Quando a disciplina for de 30 (trinta) horas, esta será ministrada nas quintas-feiras e sextas-feiras, das 8h às 13h e das 14h30 às 19h30, além de atividades extraclases.

Quanto à única disciplina de 45 (quarenta e cinco) horas, esta será ministrada na quinta-feira e sexta-feira, das 8h às 13h e das 14h30 às 21h10, além de atividades extraclases.

A coordenação do curso poderá alterar o quadro docente, a sequência das disciplinas ou o horário destas.

METODOLOGIA

As disciplinas serão ministradas em ordem lógica, visando propiciar aos participantes um desenvolvimento conceitual progressivo e sólido. Todas as disciplinas serão preferencialmente presenciais e eventualmente virtuais. Poderão ser utilizadas estas metodologias: aulas expositivas, resolução de casos, trabalhos em equipe, apresentação de seminários, jogos de empresa e visitas técnicas, dentre outras.

INTERDISCIPLINARIEDADE

As disciplinas e os campos de formação estão interligados e estão em ordem lógica. Existem disciplinas que fazem parte de um campo de formação geral e as demais disciplinas fazem parte do campo de formação específica.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Como atividades complementares, serão oferecidos palestras e seminários. Os alunos também serão estimulados a elaborar artigos científicos e a participar de congressos na área de Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA DIDÁTICA

O curso será realizado nas salas de aula da Escola do Ministério Público do Maranhão. As salas de aula são equipadas com projetor multimídia e computador para uso do docente, também com acesso à rede wireless com tomadas para os discentes.

Os alunos de pós-graduação podem acessar remotamente o Portal de Periódicos da CAPES; para isso o discente deve se cadastrar no Núcleo Integrado de Biblioteca (NIB) e não ter pendências como usuários do NIB. O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados de mais de 12.531 revistas nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes.

INFRAESTRUTURA FÍSICA

A UFMA conta com uma biblioteca Central com uma área de 2.692 m² que presta serviços não só à comunidade acadêmica como também à comunidade em geral. Este é seu acervo geral: títulos: 87.590; exemplares: 242.198.

A estrutura para o público da Biblioteca Central é composta de 06 computadores para consulta ao acervo e três computadores para acesso à Internet e reserva. A biblioteca dispõe de 06 (seis) salas de leitura, 10 (dez) cabines de estudo individual e 5 (cinco) terminais para os serviços de empréstimos, devolução e renovação.

A Biblioteca Central disponibiliza o serviço de rede sem fio nas dependências físicas da biblioteca e acesso ao Portal de Periódicos- CAPES.

A Escola Superior do Ministério Público também dispõe de uma biblioteca própria, com serviço de internet, ostentando 1268 (mil, duzentos e sessenta e oito) livros, 31 (trinta e um) títulos de periódicos e 506 (quinhentos e seis) exemplares, 64 (sessenta e quatro) monografias, 7 (sete) dissertações, 3 (três) teses, 203 (duzentos e três) DVD's sobre temas jurídicos relativos a cursos ministrados na ESMP, entre outros. No Programa de Pós-Graduação lato sensu, são igualmente elaboradas apostilas digitais, com as cautelas legais, contendo os textos indicados pelo professor de cada disciplina. Ademais, a Procuradoria Geral de Justiça também possui biblioteca própria, de maior porte, com 3.460 (três mil, quatrocentos e sessenta) livros jurídicos, literários e técnicos, 106 (cento e seis) títulos de periódicos, 16 (dezesesseis) monografias, 9 (nove) dissertações e 1 (uma) tese.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PRÉ-REQUISITOS

O principal critério para a seleção será a indicação de Promotores e Procuradores de Justiça e servidores do MPMA, no limite de vagas, fixado pela ordem de inscrições e mediante avaliação de currículo Lattes.

Os pré-requisitos para ingresso no curso são a formação acadêmica em Direito e a qualidade de Promotor ou Procurador de Justiça ou de servidor do Ministério Público do Estado do Maranhão.

NÚMERO DE VAGAS

Serão ofertadas até 50 (cinquenta) vagas, sendo exigido o mínimo de 50% (cinquenta por cento), mais um, de alunos interessados e aprovados no processo para oferta do curso. A UFMA e a ESMP/MA não se comprometem a ofertar o curso em caso de não preenchimento do percentual mínimo estabelecido.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será contínuo e sistemático podendo ser realizado através de prova escrita e/ou oral, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, estudos de caso e elaboração de artigos científicos.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete).

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A frequência mínima exigida é de 75% da carga horária prevista para cada disciplina. O controle da frequência será executado por meio de assinatura em folha de presença diária.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de um artigo científico (paper com estudo de caso) e deve considerar os seguintes pontos:

O trabalho deve ser entregue no prazo máximo de dois meses após a conclusão da última disciplina.

Deverá ser feito individualmente.

Deve ser feita a escolha de um professor orientador.

Deve participar de reuniões periódicas com professor orientador.

Os alunos devem seguir o Manual de procedimentos para elaboração de TCC.

Para ser considerado aprovado o TCC ou artigo científico deverá receber nota igual ou superior a 7 (sete).

Apresentar o trabalho para uma banca.

A avaliação do Trabalho Final, será mediante apresentação de texto escrito. A avaliação feita por Comissão Examinadora composta por 3 (três) professores,

indicados pelo Coordenador do curso e aprovados pela instância colegiada responsável pela execução do curso.

O coordenador do curso designará os docentes orientadores do TCC a partir do início do curso e disponibilizará a lista aos alunos. Estes devem escolher os orientadores até o 6º mês após o início do curso.

CERTIFICAÇÃO

O certificado será emitido pela UFMA (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação- AGEUFMA) mediante o cumprimento de todas as exigências quanto a desempenho do aluno e todo o processo avaliativo.

CORPO DOCENTE E TITULAÇÕES

O corpo docente é composto de doutores, mestres e especialistas da UFMA e do corpo docente da ESMP, bem como de integrantes de outras instituições de ensino superior e/ou vinculados ao sistema de justiça do Brasil.

CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP/MA

Alan Robert Da Silva Ribeiro – Mestre

Ana Luiza Almeida Ferro - Doutora

Ana Teresa Silva De Freitas – Doutora

Antonio Côelho Soares Júnior - Doutor

Carlos Henrique Rodrigues Vieira – Doutor

Cássius Guimarães Chai – Doutor

Cláudio Alberto Gabriel Guimarães - Doutor

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro – Mestre

Cláudio Rebelo Correa Alencar – Especialista

Domingos Eduardo Da Silva - Mestre

Eliandro Rômulo Cruz Araújo – Especialista

Emmanuel José Perez Netto Guterrez – Especialista

Fernanda Maria Gonçalves De Carvalho - Mestre

Gladston Fernandes De Araújo – Mestre

Herberth Costa Figueiredo – Doutor

Jadilson Cirqueira De Sousa - Especialista

José Márcio Maia Alves – Mestre

Karla Adriana Holanda Farias Vieira – Doutora

Lena Cláudia Ripardo Pauxis – Mestra

Lígia Maria Da Silva Cavalcanti - Mestra

Luiz Muniz Rocha Filho – Mestre
Márcia Haydée Porto De Carvalho - Doutora
Márcio Thadeu Silva Marques – Especialista
Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues – Especialista
Marcos Valentim Pinheiro Paixão – Mestre
Maria De Fátima De Santana Borges – Mestra
Maria De Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro - Especialista
Maria De Jesus Rodrigues Araújo Heilmann – Doutora
Nacor Paulo Pereira Dos Santos – Mestre
Paulo Roberto Barbosa Ramos – Doutor
Raimundo Nonato Leite Filho – Mestre
Rodolfo Soares Dos Reis - Mestre
Ronald Pereira Dos Santos – Doutor
Sandro Pofahl Biscaro – Mestre
Tarcísio José Sousa Bonfim – Especialista
Tatiana Alves De Paula – Mestra
Themis Maria Pacheco De Carvalho - Doutora

PROFESSORES VISITANTES

Benjamin Alvino de Mesquita - Doutor
Francisco Dirceu Barros – Mestre
Gianpaolo Poggio Smanio – Doutor
João Santa Terra Júnior - Mestre
José de Ribamar Caldas Furtado – Mestre
Júlia Whendausen Cavallazzi - Especialista
Karin Maria Söhnlein – Mestra
Leonardo Rodrigues Sampaio – Mestre
Marcelo Pedroso Goulart – Mestre
Márcio Soares Berclaz - Doutor
María Esther Martínez Quintero – Doutora
May Guimarães Ferreira – Doutora
Raimundo Nonato Palhano - Mestre
Roberto Carvalho Veloso – Doutor
Roberto Mauro Gurgel Rocha – Doutor
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa – Doutora

CORPO DOCENTE DO CURSO

Alexey Choi Caruncho – Doutor
Ana Luiza Almeida Ferro – Doutora
Antonio Henrique Graciano Suxberger – Doutor
Carlos Henrique Rodrigues Vieira – Doutor
Douglas Fischer – Mestre
João Santa Terra Júnior – Mestre
Jorge Trindade – Doutor
José Cláudio Almada Lima Cabral Marques – Mestre
Lélio Braga Calhau – Doutor
Lucylea Gonçalves França – Doutora
Marcelo Batlouni Mendroni – Doutor
María Esther Martínez Quinteiro – Doutora
Paulo Sergio Velten Pereira – Doutor
Reynaldo Soares Da Fonseca – Doutor
Roberson Pozzobon – Doutor
Roberto Carvalho Veloso – Doutor
Rogério Greco – Doutor
Silvana Batini Cesar Góes – Mestra
Vladimir Barros Aras – Doutor

ANEXO II

CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DOS MÓDULOS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2021-2022

MÓDULOS	PERÍODO
MÓDULO I	02 e 03 de setembro de 2021
MÓDULO II	16 e 17 de setembro de 2021
MÓDULO III	30 de setembro de 2021 e 1º de outubro de 2021
MÓDULO III	14 e 15 de outubro de 2021
MÓDULO IV	21 e 22 de outubro de 2021
MÓDULO V	04 e 05 de novembro de 2021
MÓDULO VI	18 e 19 de novembro de 2021
MÓDULO VII	02 e 03 de dezembro de 2021
MÓDULO VIII	27 e 28 de janeiro de 2022
MÓDULO IX	10 e 11 de fevereiro de 2022
MÓDULO X	17 e 18 de fevereiro de 2022
MÓDULO XI	10 e 11 de março de 2022
MÓDULO XII	17 e 18 de março de 2022
MÓDULO XIII	31 de março e 1º de abril de 2022
MÓDULO XIV	07 e 08 de abril de 2022
MÓDULO XV	28 e 29 de abril de 2022
MÓDULO XVI	05 e 06 de maio de 2022
MÓDULO XVII	19 e 20 de maio de 2022
MÓDULO XVIII	02 e 03 de junho de 2022

ANEXO III

CARTA DE INTENÇÕES

Para a construção da carta de intenções, a justificar o interesse do(a) candidato(a) a cursar as pós-graduações da ESMP-MA, sugere-se a inclusão dos elementos estruturais destacados a seguir, que podem ser apresentados em itens ou texto único, formalizado, atendendo às regras da ABNT, em no mínimo duas e no máximo cinco laudas.

ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA CARTA DE INTENÇÕES

1 APRESENTAÇÃO

Nome

Nacionalidade e naturalidade

Instituição

Cargo

Função

Local de lotação ou de exercício de suas atribuições

2 FORMAÇÃO E ATIVIDADES ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS

Graduação (curso, ano de conclusão e instituição)

Outras pós-graduações (curso, ano de conclusão e instituição)

Cursos de idiomas (nominar os cursos, ressaltando o domínio da língua estrangeira)

Atividades acadêmicas (monitorias, participações em bancas, projetos de pesquisa, apresentações de trabalhos etc.)

Cargos e funções desempenhadas

Experiência profissional

Outras atividades consideradas relevantes

Publicações

3 MOTIVAÇÃO PARA CURSAR A PÓS-GRADUAÇÃO

Neste item o(a) autor(a) deve expor, em texto claro, as suas necessidades e motivações, profissionais e/ou acadêmicas, para ser selecionado a cursar a pós-graduação. Deve justificar a escolha do curso e os objetivos que pretende alcançar com o curso (habilidades ou domínios que pretende adquirir e como vai utilizá-los).

4 COMPROMISSO E EXPECTATIVAS

Neste último item o(a) autor(a) deve descrever, em texto redacional, de que forma se compromete, pessoalmente, com o curso e a sua qualidade, destacando, também, quais as suas expectativas em relação à pós-graduação, em que espera contribuir e quais as contribuições que espera receber.

LOCAL, DATA

ASSINATURA

NOME

TERMO DE CONVÊNIO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM CIÊNCIAS CRIMINAIS E DIREITO ANTICORRUPÇÃO

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) assinaram o Termo de convênio nº 3/2021 que prevê a oferta do curso de pós-graduação lato sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção para membros, servidores e assessores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O documento foi assinado pelo Procurador-Geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, pela Diretora da ESMP Karla Adriana Holanda Farias Vieira e pelo reitor da UFMA Natalino Salgado.



TERMO DE CONVÊNIO – 32021
(relativo ao Processo 41752019)
Código de validação: 8787D4334B

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO-MPMA, POR MEIO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO-ESMP, COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO- UFMA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, com sede na cidade de São Luís/MA, na Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Jaracaty, em São Luís - MA, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 080.926.563-04, portador do RG nº 194.345-SSP/MA, por meio da **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ESMP/MA)**, com sede na cidade de São Luís/MA, na Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro, em São Luís/MA, neste ato representada por sua Diretora, Promotora de Justiça KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA, doravante denominado CONCEDENTE, E A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**, com sede na cidade de São Luís - MA, na Avenida dos Portugueses s/nº, Campus Bacanga, inscrita no CNPJ sob o nº 06.279.103/0001-19, neste ato representada por seu Reitor, Professor Doutor NATALINO SALGADO FILHO, residente e domiciliado na Rua Angelins, Quadra 10, casa 30, São Francisco, nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 032.954.943-04, portador do RG nº 68718-SSP/MA, doravante denominada CONVENIENTE, têm justo e contratado o presente TERMO DE CONVÊNIO, regulado pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Convênio tem por objeto a ação conjunta entre os partícipes, relativamente à difusão do conhecimento no campo do saber científico do Direito, mediante a oferta de Curso de Pós-Graduação lato sensu (MBA) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, com 50(cinquenta) vagas, segundo Plano de Trabalho anexo, que integra o presente instrumento.

1.1 Constitui objeto do presente convênio a associação de esforços das partes para viabilizar a oferta e funcionamento do Curso de Pós-Graduação lato sensu (MBA) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, com fundamento na igualdade jurídica dos partícipes, reciprocidade e complementariedade de ações, destinadas ao objetivo comum de capacitação para o adequado exercício profissional, processamento e controle jurídico-constitucional relacionada à eficiência e adequada consecução dos fins institucionais.

1.2 O objetivo geral recíproco do Curso de Pós-Graduação lato sensu (MBA) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção é avançar no conhecimento

técnico e científico na área respectiva, permitindo o diagnóstico de problemas na área de direito criminal e elaboração de propostas inovadoras de pesquisas e intervenções que contribuam para a sua resolução, tudo

isso articulado à capacitação de profissionais atuantes na área, com formação de uma turma de 50 alunos, com seleção em 2021 para ingresso ainda no ano de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1 Os partícipes se obrigam a cumprir os Planos de Trabalho especialmente elaborados e aprovados por ambas as partes, e que passam a fazer parte integrante deste Convênio, independente de transcrição.

2.2 As especificações constantes nos Planos de Trabalho poderão ser alteradas, com as devidas justificativas, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não importe modificação do valor e alteração do objeto do Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento ocorrerá a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico do Ministério Público, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, após entendimento das partes, desde que não ultrapasse o período de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A turma prevista neste Termo terá a carga horária total de 360 (trezentos e sessenta) horas, para realização de atividades docentes e avaliações, excetuando-se a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

4.1 A realização do curso será na modalidade presencial, quando autorizarem as condições sanitárias quanto à Covid-19, com aulas ministradas nas dependências da Escola Superior do Ministério Público, na cidade de São Luís.

4.2 O curso terá início na modalidade on-line (remota), e assim permanecerá enquanto as condições sanitária quanto à Covid19 não permitirem aulas presenciais, exigindo-se dos participantes, de toda forma, o atendimento dos critérios do edital.

4.3 Os discentes terão o prazo de 12 (doze) meses para integralização de todas as atividades acadêmicas do curso, que compreendem as disciplinas e defesa do TCC.

4.4 Os TCC serão realizados individualmente, na modalidade artigo científico.

4.5 Os alunos depositarão o TCC, em datas previamente definidas pelos coordenadores.

4.6 Considerar-se-á reprovado o aluno que:

4.6.1 Ficar em atividade de recuperação em mais de 03 (três) disciplinas;

4.6.2 Não apresentar o TCC ou, fazendo-o, não auferir a nota mínima de 7 (sete) pontos;

4.6.3 Alcançar frequência inferior a 75% em qualquer uma das disciplinas cursadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA DISTRIBUIÇÃO, NÚMERO DE VAGAS E POLOS DE REALIZAÇÃO

5.1 A distribuição das vagas, bem como o número total de vagas ofertadas, observarão o Edital estabelecido pela UFMA.

5.2 As vagas serão destinadas exclusivamente a membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Realizar, de comum acordo, as atividades de planejamento, coordenação e supervisão do Curso de Especialização, bem como o disposto nos Planos de Trabalho anexos, que integram o presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

7.1 Comunicar imediatamente à CONVENIENTE qualquer irregularidade manifestada no atendimento do objeto conveniado;

7.2 Acompanhar e avaliar os resultados provenientes do presente Convênio, examinando e aprovando cada prestação de contas e/ou relatório de execução, na forma da legislação em vigor;

7.3 Efetuar o repasse da contrapartida financeira, mediante crédito em conta única da União, por meio de GRU, indicada pela CONVENIENTE, nas condições ajustadas nos Planos de Trabalho e observando a proporcionalidade do repasse em relação às vagas preenchidas.

7.4 Disponibilizar salas de aulas para realização das aulas dos módulos presenciais, além de sala de reuniões para docentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

8.1 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Convênio, previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com os Planos de Trabalho.

8.2 Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto deste Convênio.

8.3 Utilizar os recursos financeiros objeto do presente Convênio, rigorosamente de acordo com as finalidades estabelecidas na CLÁUSULA PRIMEIRA.

8.4 Apresentar, após a vigência estipulada na CLÁUSULA TERCEIRA, relatório circunstanciado contendo os resultados dos trabalhos realizados, bem como a prestação de contas final dos recursos recebidos.

8.5 Disponibilizar plataforma on-line e outros recursos didáticos adequados às atividades docentes e discentes. Efetuar o pagamento de todas as despesas e remunerar o corpo docente responsável pelas disciplinas, podendo, para isso, contratar Fundação de Apoio, caso julgue necessário.

8.6 Realizar todos os procedimentos necessários ao registro acadêmico e de controle de notas e frequência dos discentes.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total do presente convênio é de R\$ 156.885,00 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), transferido à UFMA pelo MPMA em parcelas iguais, de acordo com os cronogramas de desembolso apresentados nos Planos de Trabalho anexos, observando-se, ainda, a proporcionalidade do repasse em relação às vagas preenchidas.

9.1 O compromisso, a que se refere o item 9.1, é celebrado sob condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil brasileiro, sendo exigível, de parte a parte, proporcionalmente às vagas preenchidas ou apenas se integralizada a turma, nos termos do Edital.

9.2 O discente que, por qualquer motivo, deixar de cumprir as atividades exigidas pelo curso e deixar de concluí-lo, exceto nos casos de reprovação por notas, mas mantiver o vínculo com o Ministério Público do Estado do Maranhão, deverá reembolsar aos cofres públicos a soma dos valores individuais mensais correspondentes, pagos até a data da sua exclusão no curso, sendo mantida a retenção mensal em folha de pagamento do valor correspondente à mensalidade do curso até o seu encerramento.

9.3 O discente que, por qualquer motivo, deixar de ter vínculo com o Ministério Público do Estado do Maranhão, deverá, obrigatoriamente, reembolsar, aos cofres públicos, a soma total do custo individual do curso, podendo permanecer no curso como discente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRAPARTIDA DA CONVENIENTE

Disponibilizar os espaços, assim como acompanhar a utilização da infraestrutura material e tecnológica durante o curso para atender as necessidades das diferentes fases do Programa de Pós-Graduação lato sensu (MBA) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto do Convênio será acompanhada pelo Concedente por

meio do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público, de responsabilidade do servidor Eklenn Marcelo Abreu, Matrícula nº 1075210, e-mail esmp@mpma.mp.br, telefone (98) 3219-1965.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONVÊNIO

As partes designam como coordenadores a professora Lucylea Gonçalves França e o Professor Humberto Oliveira, pela UFMA, e a Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, pelo MPMA, que se responsabilizarão pelo acompanhamento das atividades objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENUNCIÇÃO E RESCISÃO

13.1 Este Convênio poderá ser denunciado durante o prazo de sua vigência, por mútuo consentimento, ou por qualquer dos partícipes, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

13.2 Denunciado este Convênio, os partícipes definirão, por meio de Termo de Encerramento, as responsabilidades relativas à conclusão de cada uma das atividades em andamento e das responsabilidades mútuas.

13.3 Este convênio também poderá ser rescindido por infração legal ou convencional, respondendo o partícipe que lhe der causa, pelas obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Considerando o disposto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021, optam os partícipes contratar utilizando as normas da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão fará a publicação deste instrumento Diário Eletrônico do Ministério Público DEMP/MA, instituído pela Lei estadual nº 10.399, de 29 de dezembro de 2015, e a UFMA no Diário Oficial da União, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

O foro de discussão de possíveis contendas relativas ao Convênio, que não possam ser solucionadas administrativamente, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Maranhão, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Em não sendo possível formação de turma no corrente semestre letivo, serão retomadas as tratativas no semestre subsequente.

17.2 Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, com base na Lei nº 8.666/93 e em suas respectivas alterações posteriores.

E assim, por se encontrarem de acordo com as CLÁUSULAS e CONDIÇÕES acima especificadas, as partes firmam o presente CONVÊNIO em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

São Luís (MA), 17 de agosto de 2021.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

Promotora de Justiça

Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

NATALINO SALGADO FILHO

Reitor da Universidade Federal do Estado do Maranhão

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF N°

Nome:

CPF N°



LANÇAMENTO DA LUMIAR

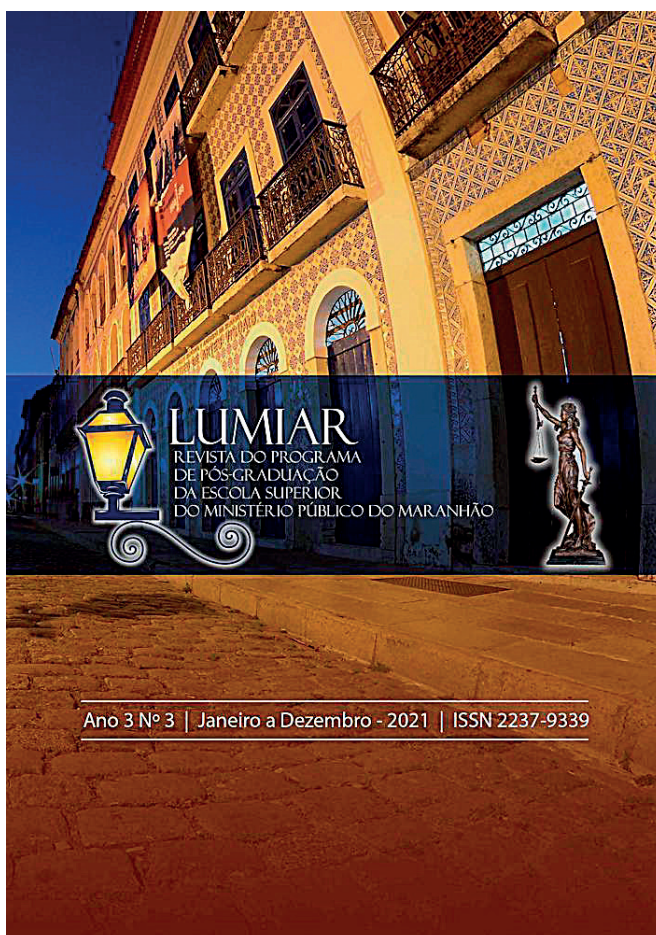
Revista do Programa de Pós-Graduação da
Escola Superior do Ministério Público do
Maranhão, Ano 3, N. 3, Jan./Dez. 2021

Foi lançada no 11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão a 3ª edição, ano 2021, da Lumiar - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

A revista homenageia o escritor, jornalista e parlamentar João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941), que foi Promotor Público no interior do Maranhão (1888-1890), com artigos assinados pelo Presidente da Academia Maranhense de Letras, o acadêmico Carlos Gaspar, e pelo historiador e servidor do Ministério Público do Maranhão Claunísio Amorim Carvalho.

A nova edição traz, ainda, 17 artigos científicos, produzidos por convidados e alunos do Programa de Pós-Graduação da ESMP, além de entrevistas e discursos institucionais.

A Lumiar está disponível no endereço eletrônico: <https://esmp.mpma.mp.br/course/view.php?id=351¬ifyeditingon=1>



EVENTOS DA ESMP/MA REALIZADOS NO PERÍODO DE 06/07/2021 A 10/12/2021

Curso

VIOÊNCIA NAS UNIVERSIDADES

PALESTRANTE:
Professor Guillem Homet

Diretor do Mestrado de Salud Mental Comunitária - Universidad de Barcelona e Presidente de Maresme Continuum - Associação de Entidades de Atenção à Saúde Mental Pública na Catalunha.

2 horas/aula
Dia 06/07/2021
Horário: 9h.

INSCRIÇÕES
esmp.mpma.mp.br

TRANSMISSÃO PELO CANAL DO YOUTUBE DA ESCOLA SUPERIOR DO MPMA

contextos procedimentos prevenção

Prosas na Infância Meninos do Trem:

TREINAMENTO SOBRE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VIAGENS FERROVIÁRIAS CLANDESTINAS

DIA 15/07/2021 ÀS 9h00

Inscrições em: eventos.mpma.mp.br

Transmissão pelo canal de Youtube da ESMP-MA

PARA CONSELHEIROS TUTELARES dos municípios ao longo da linha férrea Carajás/São Luís

WEBINÁRIO

QUESITAÇÃO E EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI

PALESTRANTE
WALFREDO CUNHA CAMPOS
Promotor de Justiça - MPSP

2 horas/aula
DIA 16/07/2021, ÀS 14h

INSCRIÇÕES
esmp.mpma.mp.br

TRANSMISSÃO ATRAVÉS DO CANAL DO YOUTUBE DA ESCOLA SUPERIOR DO MP

WEBINÁRIO

LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA APÓS A DECISÃO DO STF E A ATUAÇÃO PRÁTICA DO MP EM PLENÁRIO

PALESTRANTE
Rogério Sanches Cunha
Promotor de Justiça - MPSP

02h / AULAS
DATA/HORA
19/07/2021 às 09 horas

INSCRIÇÕES
esmp.mpma.mp.br

TRANSMISSÃO ATRAVÉS DO CANAL DO YOUTUBE DA ESCOLA SUPERIOR DO MP

TEREZAS, Vozes por Direitos e Justiça

Evento alusivo ao Dia Nacional de Tereza de Benguela

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

CARGA HORÁRIA: 3 horas/aula

DATA: 26/07/2021

HORÁRIO: às 09:30H

TRANSMISSÃO PELO CANAL DO YOUTUBE DA ESCOLA SUPERIOR DO MP

Prosas na Infância

ÓRFÃOS DA COVID: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

16/08/2021, ÀS 14H

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Transmissão **ESMP/MA**

LANÇAMENTO

MP na COMUNIDADE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DIA 17/08/2021, ÀS 9h

Transmissão pelo canal do YouTube da Escola Superior do Ministério Público

CAFÉ SUSTENTÁVEL
HORTA EM CASA

PALESTRANTE
Ariadne Enes Rocha
Professora Adjunta III do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade do Centro de Ciências Agrárias da UEMA e Doutora em Agronomia - UFPA

MEDIADORA
Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça e Especialista em Meio Ambiente - UFCE

DIA 19/08/2021, ÀS 16H

INSCRIÇÕES
esmp.mpma.mp.br

TRANSMISSÃO ATRAVÉS DO CANAL DO YOUTUBE DA ESCOLA SUPERIOR DO MP

II WEBINÁRIO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PRIMEIRO DIA

TEMA
TÉCNICA E MECANISMO DE PROTEÇÃO NO AMBIENTE CIBERNÉTICO

1h30 horas/aula

DIA 24/08/2021, das 16h às 17h30

PALESTRANTE
Andrea Willemin
Advogada com experiência em Proteção de Dados, com ênfase em Inteligência Artificial e Segurança da Informação; Doutoranda em Ciência da Informação (UFSC), Mestre em Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual (UFSC).

INSCRIÇÕES
esmp.mpma.mp.br

USO DE QUEBRAS TELEMÁTICAS NA PRÁTICA: ANÁLISE DE CASOS

27/08/2021, ÀS 15H

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Transmissão **ESMP/MA**

AGOSTO Lilás
15 anos da Rj Maria da Penha

AS FILÓSOFAS E O DIREITO II ETAPA.

CURSO - JUSTIÇA, DIVERSIDADE E IGUALDADE

AULA 1: 19 DE AGOSTO (QUINTA-FEIRA)
"Teoria da justiça sob a perspectiva feminista" - Profa. Dra. Ela Wlecko

AULA 2: 26 DE AGOSTO (QUINTA-FEIRA)
"Neoliberalismo e pautas identitárias" - Profa. Dra. Lolane Prado Verbicario.

AULA 3: 31 DE AGOSTO (TERÇA-FEIRA)
"Feminismo negro, colonialismo e racismo" - Profa. Dra. Halina Leal

AULA 4: 9 DE SETEMBRO (QUINTA-FEIRA)
"Feminismos e Interseccionalidade" - Profa. Dra. Izilda Johanson

AULA 5: 14 DE SETEMBRO (TERÇA-FEIRA)
"O Pessoal é Político: a relação de gênero no direito a partir da ótica do feminismo decolonial" - Profa. Dra. Susana Castro

AULA 6: 16 DE SETEMBRO (QUINTA-FEIRA):
"Transfobia, LGBTfobia, crime de ódio e promoção da diversidade" - Profa. Msc. Yasmin Galende

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br **HORÁRIO:** 16h30
CARGA HORÁRIA: 12 horas/aula

TRANSMISSÃO PELO CANAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MP NO YOUTUBE

AGOSTO Lilás
15 anos da Rj Maria da Penha

30 AGO 10h

Encerramento do Agosto Lilás e entrega da Carta-Demanda do Projeto Menina Cidadã

FALAS ESPECIAIS:
Dep. **Ana do Gás**
Combate à Pobreza Menstrual
Sen. **Weverton Rocha**
Combate à Violência Contra a Mulher

Inscrições: esmp.mpma.mp.br
Transmissão: escolasuperiordompma

I ENCONTRO DO SISTEMA DE JUSTIÇA E GESTORES MUNICIPAIS

13.SET.2021, às 16h
 Transmissão pelo Canal do Youtube da ESMP

WEBINÁRIO GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLES INTERNOS MUNICIPAIS

DIAS 23 E 24 DE SETEMBRO

PARTICIPANTES

- Eduardo Jorge Hiluy Nicolau**
Procurador-Geral de Justiça do MPMA
- Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior**
Conselheiro do CNMP
- Fernando da Silva Comin**
Procurador-Geral de Justiça do MPSC.
- Samuel Dal-Farra Naspolini**
(Promotor de Justiça do MPSC e Membro Colaborador da CCAF/CNMP)
- Rinaldo Reis Lima**
Corregedor Nacional do CNMP
- Fabiana Costa Oliveira Barreto**
Procuradora do CNPG

Público-alvo: Membros, servidores e estagiários do MP brasileiro, gestores municipais e vereadores

Realização: CNMP, MPMA, MPSC

Transmissão: Canal do Youtube da ESMP do MPMA

Inscrições: esmp.mpma.mp.br

FERRAMENTAS DE APOIO ÀS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS FACEBOOK, INSTAGRAM E WHATSAPP.

29/09/2021, ÀS 10H - 12H INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Transmissão via Google Meet

CAPACITAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE GRUPOS REFLEXIVOS

05/10/2021, ÀS 9H INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Transmissão **ESMP/MA**

A PROMOÇÃO DE UM MUNDO COM IGUALDADE DE GÊNERO PARA MENINAS

DATA 08/10/2021 | HORA 10:30h

PALESTRANTES

- María Esther Martínez Quinteiro**, professora da Universidade de Salamanca, professora visitante da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- Renata Rivitti**, Promotora de Justiça do MPSP e assessora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência.

MEDIADORA

- Karla Farias Vieira**, Diretora da ESMP e Doutora em Direitos Humanos

Gabrielly
Participante do projeto Geração da Plan International Brasil

Congresso da Infância e Juventude

14 e 15 de outubro
9 às 12h

Articulação em Rede e Políticas Públicas Efetivando direitos de crianças e adolescentes

Público-alvo: membros, servidores, sistema de garantia de direitos e público em geral

Inscrições: <https://esmp.mpma.mp.br>
 Informações: caopij@mpma.mp.br
 Transmissão no YouTube [mpmaoficial](https://www.youtube.com/mpmaoficial)

WEBINÁRIO

PROTEÇÃO DE DADOS E CIBERSEGURANÇA: VOCÊ COMO PRODUTO DAS REDES SOCIAIS

14 E 15 DE OUTUBRO, DAS 09H ÀS 11H

Público-alvo: Membros, servidores, estagiários e público externo

Certificação: 4h

Transmissão: Canal do YouTube da ESMP do MPMA

Inscrições: esmp.mpma.mp.br



FÓRUM ONLL
CONHECIMENTO JURÍDICO



Curso Online

18 a 27 Outubro

Inscrições abertas

Conhecimento aplicado na Prática



Nova Lei de Licitações e Contratos:
Inovações e Potencialidades

Tatiana Camarão
Cláudio Sarian
Benjamin Zymler
Cristiana Fortini
Rafael Sérgio
Ronny Charles
Luciano Ferraz



CONSTRUÇÃO DE CONSENSO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

27/10/2021, ÀS 9h

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Transmissão via canal do youtube da ESMPMA




GESTÃO DE PROCESSOS

08 a 12/11/2021 (aulas expositivas)

16 a 19; 22 a 26/11/2021 (Capacitação Assistida)

Horário: 8h às 12h

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br



Tira-dúvidas: Divórcio e extinção da união estável

LIVE

9 DE NOVEMBRO
17:00 HORAS
@IBDFAM.MA
ESMP/MA



Alyana Almeida (MA)

Advogada, Presidente da Comissão de Direito das Famílias da OAB/MA, Pós-graduada em Direito das Famílias, Processo Civil, Tributário e Previdenciário, Especialista em Educação Fiscal, Coordenadora Geral-Adjunta das Comissões da OAB/MA.

INSCRIÇÃO: LINK NA BIO COM CERTIFICAÇÃO




REUNIÃO DE TRABALHO

ESTUDO DE CASO: JÚRI DE INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

12/11/2021 às 9h

Com a presença dos Promotores de Justiça:
Fábio Henrique Meireles Mendes
Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis
Frank Teles de Araújo

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Transmissão via Google Meet





PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PERSPECTIVAS E DESAFIOS

16/11/2021 às 14h

INSCRIÇÕES: esmp.mpma.mp.br

Igor Pereira Pinheiro
Promotor de Justiça do MPDCE. Especialista, Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Coordenador Editorial do Grupo Mizuno e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Administrativo e Direito Anticorrupção pela Faculdade CERES. Autor do livro "A Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada" e "Improbidade Administrativa pelo STF e STJ", ambos pela Editora Mizuno.

Transmissão via Google Meet

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família

Tira-dúvidas: Contrato de namoro e declaração de união estável

LIVE

16 DE NOVEMBRO
17:00 HORAS
ESMP/MA

Leticia Maculan (MG)
Graduada em Direito pela UFMG, pós-graduada, mestre e doutoranda em Direito. Oficial do Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito de Barreiro, em Belo Horizonte. Diretora do Instituto Nacional de Direito e Cultura - INDIC. Professora e co-coordenadora da Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral na parceria INDIC-CEDIN. Presidente do Colégio Registral de Minas Gerais e Diretora do Recivil e do CNB/MG. Autora do Livro e de diversos artigos na área do direito notarial e registral.

Paulo Hermano (MG)
Prof. de Direito Civil do Centro Universitário Unifip/Moc/Atya.
Prof. de Pós-graduação do CEDIN e INDIC.
Pós-graduado em Metodologia e Docência do Ensino Superior e em Poster Judiciário.
Tabelião de Notas em Montes Claros, MG.
Autor de obras jurídicas e multidisciplinares.

MEDIADORAS
DRA. CRISTIANE DONATINI
PROMOTORA DE JUSTIÇA
DRA. BRUNA BARBIERI
DIRETORA DO IBDFAM-MA

INSCRIÇÃO: LINK NA BÍO COM CERTIFICAÇÃO

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família



Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas

19 DE NOVEMBRO DE 2021

III Seminário Estadual de Educação Ambiental do Maranhão
V Seminário Estadual sobre Mudanças Climáticas

19/11

9h
Mesa de debates: Mudanças Climáticas e Educação Ambiental: teoria e práticas sustentáveis*

- Felipe Camarão - Secretário de Estado de Educação do Maranhão;
- Luzio de Jesus Costa Rocha - Idealizador e Executor do Projeto Reflorestando o Mundo;
- Marco Aurélio do Amaral Santos - ONG LIBERTAS;
- Wenderson Santos Vasconcelos - Presidente do Movimento Popular de Lutas Urbanas de São Luís - MPLU4;
- Mauro Carramillo Júnior - Coordenador do Fórum em Defesa da APA ITAPIRACÓ PI.

10h30
Mesa de Debates: Momento de síntese do III Seminário Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, Discussão e aprovação da Carta do Maranhão sobre Mudanças Climáticas*

- Roberto Mauro Gurgel, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação do Maranhão;
- Sálvio Dino Junior, Coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão;
- Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura, Secretária Executiva dos Conselhos Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Maranhão - CONSEMA - CONERH - SEMA.

* Mesas coordenadas por um agente jovem ambiental.

REALIZAÇÃO: FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MARANHÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO MARANHÃO, CONSEMA, CONERH, SEMA.

APOIO: GOVERNO DO MARANHÃO, GOVERNO FEDERAL, GOVERNO DO PIAUÍ, GOVERNO DO CEARÁ, GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, GOVERNO DO PARANÁ, GOVERNO DO RIO GROSSO DO SUL, GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL, GOVERNO DO MATO GROSSO DO NORTE, GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, GOVERNO DO PARANÁ, GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, GOVERNO DO RIO GROSSO DO SUL, GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL, GOVERNO DO MATO GROSSO DO NORTE, GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO.

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família

A ARTE DA PERSUASÃO

Palestrante:
Promotor Danni Sales (MPGO)

Dia: 22/11/2021
Hora: 9h

Inscrições: esmp.mpma.mp.br
Transmissão: Canal do youtube da ESMP

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família

OFICINA O TRIBUNO

Palestrante: Promotor Danni Sales (MPGO)

Dia: 22/11/2021
Hora: 14h às 17h

Local: Auditório da promotorias de justiça da câpital
Inscrições: esmp.mpma.mp.br

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família

Tira-dúvidas: ITCD Inventários e divórcios no Maranhão

LIVE

23 DE NOVEMBRO
17:00 HORAS
ESMP/MA

Sávio Malcher (MA)
Graduado em Direito pela FACI e especialista em Direito Tributário. Atual Gestor de ITCD da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (SEFAZ-MA).

MEDIADORES
DRA. MARILÉA COSTA (PROCURADORA DE JUSTIÇA MPMA)
DR. GUSTAVO DAL MOLIN (TABELIÃO EM SÃO LUÍS)

INSCRIÇÃO: LINK NA BÍO COM CERTIFICAÇÃO

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família

SIMPÓSIO
SISTEMA DE JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

EVENTO PRESENCIAL

25 e 26 de novembro de 2021
 Inscrições: esmp.mpma.mp.br

Local:
Auditório da PGJ

Público-alvo:
Juízes, Promotores, Delegados, Policiais Cíveis e militares, professores e estudantes



Tira-dúvidas: Inventário extrajudicial

LIVE

30 DE NOVEMBRO
17:00 HORAS
ESMP/MA

MEDIADORES

DRA. CAMILA GASPAR
 PROMOTORA DE JUSTIÇA EM SANTA INÊS

DR. GUSTAVO DAL MOLIN
 (TABELÃO EM SÃO LUÍS E DIRETOR DE EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO IBDFAM-MA)

Patricia Presser (RS)

Advogada, Mestranda pela UFGRS. Membro da comissão especial de direito Imobiliário da OAB/RS e da comissão de direito notarial e registral do IBDFAM/RS. Atuou por mais de 20 anos em tabelionato de notas no Rio Grande do Sul.

IBDFAM
 Instituto Brasileiro de Família e Sucessões

INSCRIÇÃO: LINK NA BIO COM CERTIFICAÇÃO

CURSO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL PARA PROFISSIONAIS TERCEIRIZADOS QUE ATUAM NA SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS

PALESTRANTES

João Francisco Amaral Neto
 Assessor ESMP

Claunísio Amorim Carvalho
 Técnico Ministerial ESMP

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
 Psicólogo PGJ

Curso Presencial

Data: 30/11/2021 | Horário: 14:00 h



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

"O MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS"

09 de dezembro/2021
 (quinta-feira)

Tarde - 15h:00

O papel do Ministério Público na Lei Anticorrupção

Dr. Antônio Edillo Teixeira
 (Procurador da República)

Primeiras impressões da Nova lei de Improbidade Administrativa

Dr. Fabiano Zamalão
 (Promotora de Justiça - MP/GO)

Combate à corrupção como pressuposto do Estado Democrático de Direito

Dr. Vladimir Aras
 (Procurador Regional da República MP/PR-1)

Mediadores: Dra. Natália Macedo (MPMA) e Dr. Marco Túlio (MPMA)



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

"O MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS"

09 de dezembro/2021
 (quinta-feira)

Manhã - 09h:00

Saudação em nome das Liberdades Democráticas

Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
 (Promotora de Justiça e Diretora da Escola Superior do MPMA)

Dr. Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
 (Governador do Estado do Rio Grande do Sul)

Dra. Meri Cristina
 Promotora de Justiça do meio ambiente MPAC e Presidente da Associação do Ministério Público do Acre (AMPAC)

Dom Gilberto Pastana
 (Arcebispo de São Luis)

Dr. Eduardo Nicolau
 (Procurador-Geral de Justiça do MPMA)

Conferência Inaugural: Os caminhos constitucionais para a Democracia e o papel do Ministério Público

Ministro Ayres Brito
 - participação virtual (Ministro aposentado do STF)



11º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

"O MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS"

10 de dezembro/2021
 (sexta-feira)

Manhã - 09h:00

Liberdade de expressão e sua eficácia vertical em tempos democráticos

Dr. Ney de Barros Bello Filho
 (Desembargador Federal)

A ordem econômica como elemento estruturante da dignidade humana em tempos de pandemia

Dr. Luiz Augusto Santos Lima
 (Subprocurador-Geral da República)

Desafios atuais do Ministério Público Eleitoral e o Direito à Informação

Dr. Paulo Gonet Branco
 (Vice-Procurador-Geral Eleitoral)

Manifesto em nome das Liberdades Democráticas

Dra. Maria Esther
 Martinez Quinteiro Professora da Universidade de Salamanca e Professora Visitante da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

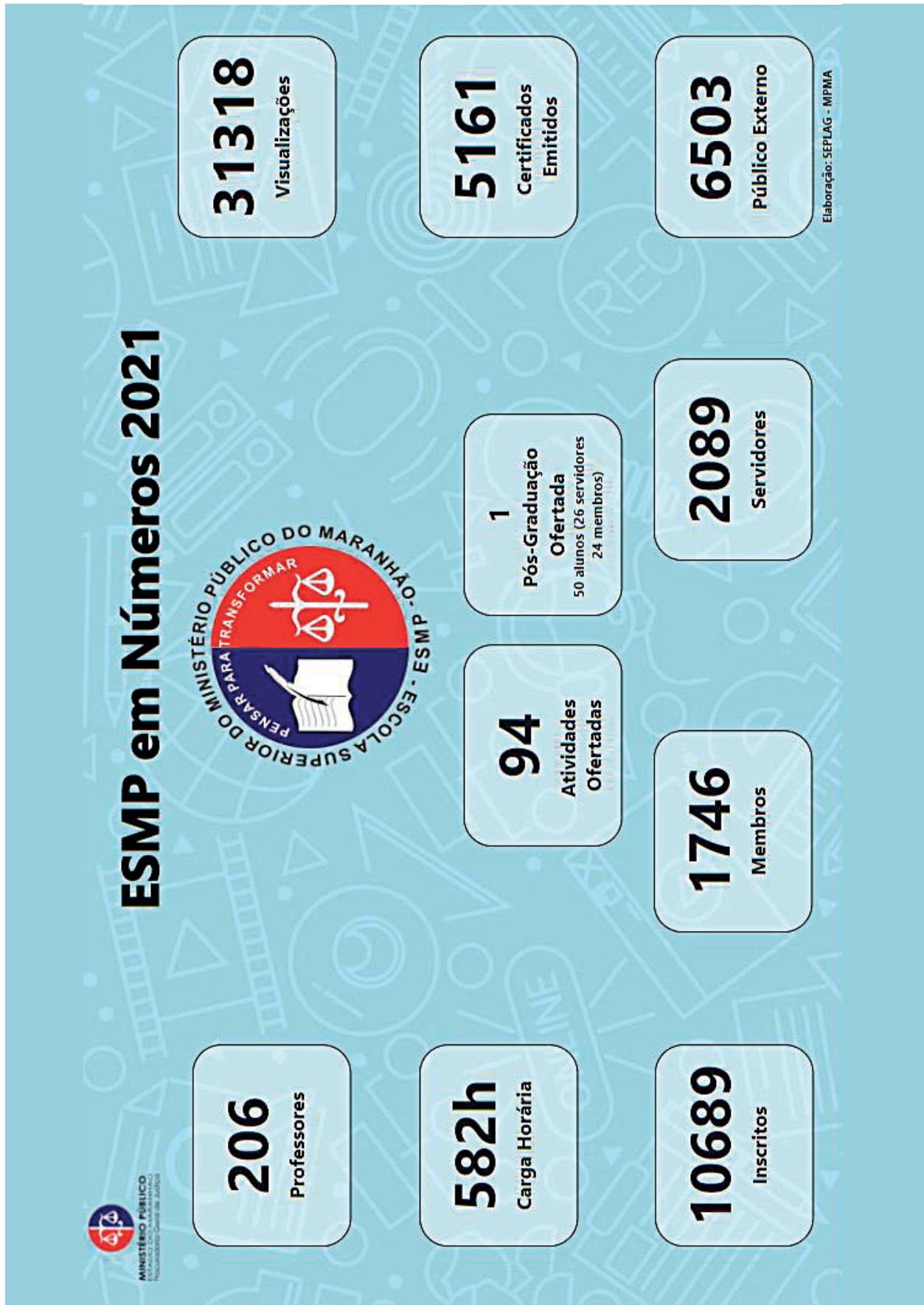
Conferência de Encerramento: O papel das instituições na garantia das liberdades democráticas

Dr. Flávio Dino de Castro e Costa
 (Governador do Estado do Maranhão)

Dr. Eduardo Nicolau
 (Procurador Geral de Justiça do MPMA)

Lançamento Revista Lumiar Mostra Homenagem à Dila Encerramento





PORTARIA-ESMP – 32021

Publica a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 42, § § do Ato Regulamentar nº 03/2019 (Regimento Interno).

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o art. 7º, incisos I e II, do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o anexo único desta Portaria, em que consta a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 42, § § do Ato Regulamentar nº 03/2019 (Regimento Interno).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 03 de setembro de 2021.

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Quadro de docentes da ESMP/MA - Membros e Servidores

Art. 42, § 5 do Ato Regulamentar nº 03/2019

AFONSO CLENÍCIO DA COSTA SILVA	Especialista
ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO	Mestre
ALAN VASCONCELOS SANTOS	Doutor
AMANDA NATÁLIA ALEXANDRE LIRA	Especialista
ANA CAROLINA DINIZ GOMES	Especialista
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	Doutora
ANA TERESA SILVA DE FREITAS	Doutora
ANDRÉ GONZALEZ CRUZ	Mestre
ANDREA DE MELO NOGUEIRA	Especialista
ANDRIA MÁRCIA RIBEIRO DE SOUSA	Especialista
ANNE CAROLINE SOUSA DE ALMEIDA	Especialista
ANTONIA LIMA DOS REIS	Especialista
ANTONIO ARAÚJO DE ANDRADE	Especialista
ANTÔNIO COÊLHO SOARES JÚNIOR	Doutor
ANTONIO EUCLIDES LOBATO RAMALHO	Especialista
ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA JÚNIOR	Mestre
ANTONIO REGINALDO FERNANDES FARIAS	Especialista
APOLIANA FERREIRA SARAIVA	Especialista
ARTUR GUEDES DA FONSECA MELLO	Mestre
BIANKA SEKEFF SALLEM ROCHA	Mestra
BRUNO DENIS VALE CASTRO	Mestre
BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE	Especialista
CARLA COSTA PINTO	Mestra
CARLA MARIA GOMES LIMA	Especialista
CARLOS AUGUSTO GASPAR DE SOUSA JÚNIOR	Especialista
CARLOS AUGUSTO SOARES	Especialista
CARLOS HENRIQUE BRASIL TELES DE MENEZES	Especialista
CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA	Doutor
CAROLINE LIEBL	Mestra
CÁSSIUS GUIMARÃES CHAI	Doutor
CHRISTIANE DE MARIA ERICEIRA SILVA	Mestra
CHRISTIANY NUNES PESSOA OTAVIANO	Especialista
CLARA REGMA SILVA DE LIMA	Especialista
CLÁUDIA LUÍSA DE SOUSA CHAVES	Especialista
CLÁUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES	Doutor

CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO	Mestre
CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM	Especialista
CLÁUDIO REBÊLO CORREIA ALENCAR	Especialista
CLAUNÍSIO AMORIM CARVALHO	Mestre
CRISTIANE GOMES COELHO MAIA LAGO	Mestra
DENISE DE OLIVEIRA BELÉM	Especialista
DÉRCIO COUTINHO SANTIAGO	Especialista
DOMINGOS EDUARDO DA SILVA	Mestre
DYRANT CARDOSO DE OLIVEIRA	Especialista
EDNARG FERNANDES MARQUES	Especialista
EDUARDO LUÍS LIMA SOARES	Especialista
EKLEN MARCELO ABREU SMITH	Especialista
ELIANDRO RÔMULO CRUZ ARAÚJO	Especialista
ELIANE DA COSTA RIBEIRO AZOR	Mestra
ELINE LIMA RODRIGUES	Especialista
ELYJEANE ALVES DE CARVALHO	Mestra
EMMANUEL JOSÉ GUTERRES PERES NETTO SOARES	Especialista
ESTEVAM CARLOS DE OLIVEIRA LULA	Doutor
EZEQUIAS MESQUITA LOPES	Mestre
FÁBIO HENRIQUE MEIRELLES MENDES	Especialista
FERNANDA MARIA GONÇALVES DE CARVALHO	Mestra
FERNANDA MARÍLIA CAROLINA ARAÚJO	Especialista
FERNANDO AMÉRICO COSTA RIBEIRO	Especialista
FERNANDO ANTÔNIO BERNIZ ARAGÃO	Especialista
FLÁVIA VALÉRIA NAVA SILVA	Especialista
GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO	Especialista
GLADSTON FERNANDES DE ARAÚJO	Mestre
GUILHERME ANTONIO SILVA FILGUEIRAS	Especialista
HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO	Especialista
HENRIQUE HÉLDER DE LIMA PINHO	Especialista
HERBERTH COSTA FIGUEIREDO	Doutor
HERLANE MARIA FERNANDES DE CARVALHO	Especialista
HOENDEL FALCÃO PEREIRA JÚNIOR	Especialista
HUGO CAMPOS DE SANTANA	Especialista
IANDEYJARA IZABEL ARAÚJO DA SILVA SANTOS	Especialista
ILMA DE PAIVA PEREIRA	Mestra

IVALDO DA CRUZ LIMA JÚNIOR	Especialista
JADILSON CIRQUEIRA DE SOUSA	Especialista
JESSICA KAROLINE DA SILVA LEITE	Especialista
JHONATHA JARDIM DE SOUSA COSTA	Especialista
JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR	Especialista
JOÃO BATISTA PEREIRA BORGES	Especialista
JOÃO FRANCISCO AMARAL NETO	Especialista
JORGE DAVID SILVA FRAZÃO JUNIOR	Especialista
JOSÉ ALEXANDRE ROCHA	Mestre
JOSÉ ANTONIO ROCHA DA SILVA	Especialista
JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA CABRAL MARQUES	Mestre
JOSE HENRIQUE FRAZAO COSTA	Mestre
JOSÉ MÁRCIO MAIA ALVES	Mestre
JOSÉ MARIANO RANGEL COSTA FERREIRA	Especialista
JOSÉ OSMAR ALVES	Especialista
KARINA FREITAS CHAVES	Mestra
KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA	Doutora
KARLLA REGINA DA SILVA LINHARES	Especialista
LAUBER JOSE DOS SANTOS ALMEIDA JUNIOR	Doutor
LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS	Mestra
LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO	Mestre
LÍGIA MARIA DA SILVA CAVALCANTI	Doutora
LINDEMBERG DO NASCIMENTO MALAGUETA VIEIRA	Especialista
LORENA GISELE CARVALHO CARTONILHO	Especialista
LÚCIA HELENA SARAIVA DE OLIVEIRA	Mestra
LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO	Mestre
MAICY MILHOMEM MOSCOSO MAIA	Mestra
MÁRCIA HAYDÉE PORTO DE CARVALHO	Doutora
MÁRCIO ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA	Especialista
MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES	Especialista
MARCO ANTONIO SILVA AMORIM	Especialista
MARCO AURÉLIO CORDEIRO RODRIGUES	Especialista
MARCO AURÉLIO RAMOS FONSECA	Especialista
MARCOS VALENTIM PINHEIRO PAIXÃO	Mestre
MARCUS PÉRIKS BARBOSA KRAUSE	Especialista

MARIA DE FÁTIMA DE SANTANA BORGES	Mestra
MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO	Especialista
MARIA DE JESUS RODRIGUES ARAÚJO HEILMANN	Doutora
MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS	Especialista
MARIANA RODRIGUES VIANA	Mestra
NACÔR PAULO PEREIRA DOS SANTOS	Mestre
NAZILDA ALVES AIRES	Especialista
OSSIAN BEZERRA PINHO FILHO	Especialista
PATRICIA AGUIAR TAVARES	Mestra
PAULO GONÇALVES ARRAIS	Especialista
PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS	Doutor
PEDRO LINO SILVA CURVELO	Especialista
RAQUEL SILVA DE CASTRO	Mestra
REINALDO CAMPOS CASTRO JÚNIOR	Especialista
RENATA KERLY ARAÚJO SARGES	Especialista
RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA MENDES	Especialista
RODOLFO SOARES DOS REIS	Mestre
RONALD PEREIRA DOS SANTOS	Doutor
SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO	Especialista
SANDRO POFAHL BÍSCARO	Mestre
SANDRO SOUSA SANTOS	Especialista
SARA RAVENA CAMELO COELHO	Especialista
TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM	Especialista
TATIANA ALVES DE PAULA	Mestra
THARLES CUNHA RODRIGUES ALVES	Especialista
THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO	Doutora
THIAGO GOMES VIANA	Mestre
TIAGO QUINTANILHA NOGUEIRA	Especialista
UIUARA DE MELO MEDEIROS	Especialista
VALDENY BARROS	Mestre
VANESSA AMORIM	Especialista
VICENTE GILDÁSIO LEITE JÚNIOR	Especialista

PORTARIA-ESMP - 42021

Estabelece as regras para a escolha do representante do corpo docente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, incisos IV e § 1º da Portaria ESMP nº 112019.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, bem assim seu parágrafo único, todos dispositivos do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a escolha do representante do corpo docente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, incisos IV e § 1º da Portaria ESMP nº 112019;

RESOLVE:

Art. 1º – O processo de escolha do representante docente para o colegiado do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público dar-se-á nos termos desta portaria.

Parágrafo único – A Comissão Eleitoral que conduzirá o processo será composta pelas Promotoras de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, Elyjeane Alves Carvalho e Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, como titulares, e pelo Promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca, como suplente, sendo presidida pela Promotora de Justiça mais antiga na carreira.

Art. 2º – Podem concorrer à representação docente para o colegiado do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público os professores membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, com título acadêmico *stricto sensu*, no programa de pós-graduação, relacionados na listagem do quadro docente permanente disponível no link https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/legislacao/portarias/14665_170-assinado-7-12.pdf

1 *Publicado no Diário Eletrônico MPMA, edição 193, 18 out. 2021.

Parágrafo único - São eleitores para a representação docente no colegiado do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público todos os professores membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão no programa de pós-graduação, relacionados na listagem do quadro docente permanente disponível no link https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/legislacao/portarias/14665_170-assinado-7-12.pdf.

Art. 3º - A inscrição dar-se-á por meio de formulário eletrônico, disponibilizado no link <https://forms.gle/WaaoHtSy7KQR4Ags9>, de 8h do dia 18 de outubro de 2021 até 12h do dia 20 do referido mês, publicando a Comissão Eleitoral, no link <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-avisos>, a lista final de inscritos até as 20 horas da mesma data.

Art. 4º - A votação dar-se-á por voto eletrônico, com o link enviado a cada eleitor pelo e-mail institucional, sendo permitida a votação das 8h às 15h do dia 25 de outubro de 2021.

Parágrafo único - A zerésima será emitida antes do início da votação.

Art. 5º - Os votos serão apurados eletronicamente após o encerramento da votação, sendo divulgado o resultado pela Comissão Eleitoral, que lavrará a ata respectiva.

Art. 6º - Será considerado eleito o candidato com maior número de votos, sendo seu respectivo suplente o que lhe seguir na ordem de votação sucessivamente os seguintes critérios:

- I. Maior titulação;
- II. Titulação mais antiga, entre as de mesmo grau;
- III. Maior idade.

Art. 7º - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público.

Dê-se ciência e cumpra-se.

São Luís, 15 de outubro de 2021.

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA-ESMP - 52021

Estabelece as regras para a escolha do representante do corpo discente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, incisos V e § 1º da Portaria ESMP nº 112019.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, bem assim seu parágrafo único, todos dispositivos do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a escolha do representante do corpo discente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, incisos V e § 1º da Portaria ESMP nº 112019;

RESOLVE:

Art. 1º – O processo de escolha do representante do corpo discente para o colegiado do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público dar-se-á nos termos desta portaria.

Parágrafo único – A Comissão Eleitoral que conduzirá o processo será composta pelas Promotoras de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, Elyjeane Alves Carvalho e Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, como titulares, e pela Promotora de Justiça Gabriele Gadelha Barboza de Almeida, como suplente, sendo presidida pela Promotora de Justiça mais antiga na carreira.

Art. 2º – Para concorrer à representação discente ao colegiado do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público é suficiente a matrícula e frequência na Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção (2021).

Parágrafo único - São eleitores para a representação discente no colegiado do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público todos os alunos da Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção (2021) devidamente matriculados e frequentes.

2 *Publicado no Diário Eletrônico MPMA, edição 193, 18 out. 2021.

Art. 3º – A inscrição dar-se-á por meio de formulário eletrônico, disponibilizado no link <https://forms.gle/8uz8GdHC3r1V8oy39>, de 8h do dia 18 de outubro de 2021 até 12h do dia 20 do referido mês, publicando a Comissão Eleitoral, no link <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-avisos>, a lista final de inscritos até as 20 horas da mesma data.

Art. 4º - A votação dar-se-á por voto eletrônico, com o link enviado a cada eleitor pelo e-mail institucional, sendo permitida a votação das 8h às 15h do dia 25 de outubro de 2021.

Parágrafo único – A zerésima será emitida antes do início da votação.

Art. 5º – Os votos serão apurados eletronicamente após o encerramento da votação, sendo divulgado o resultado pela Comissão Eleitoral, que lavrará a ata respectiva.

Art. 6º – Será considerado eleito o candidato com maior número de votos, sendo seu respectivo suplente o que lhe seguir na ordem de votação de cada categoria.

Art. 7º – Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 8º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público.

Dê-se ciência e cumpra-se.

São Luís, 15 de outubro de 2021.

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO MARANHÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROCESSO SELETIVO – PORTARIA-ESMP 42021 ATA DE REUNIÃO ELEITORAL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, na sede da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, reuniu-se a Comissão Eleitoral composta pelas Promotoras de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, Elyjeane Alves Carvalho e Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, nos termos do art. 5º da Portaria-ESMP 42021, da Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, para encerrar a votação eletrônica para representante do corpo docente do Colegiado do Programa de Pós-graduação, proclamando o resultado da apuração eletrônica, que teve a participação de 40 (quarenta) votantes, com a eleição da candidata única LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS, que teve 39 (trinta e nove) votos válidos, sendo, ainda, registrado um voto em branco. Por fim, a Comissão Eleitoral deliberou pela publicação do resultado apurado, na forma do art. 5º da Portaria-ESMP 42021. Nada mais havendo, declaram-se encerrados os trabalhos desta Comissão Eleitoral.

Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro
(Presidente)

Promotora de Justiça Elyjeane Alves Carvalho
(Membro)

Promotora de Justiça Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
(Membro)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROCESSO SELETIVO – PORTARIA-ESMP 52021 ATA DE REUNIÃO ELEITORAL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, na sede da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, reuniu-se a Comissão Eleitoral, composta pelas Promotoras de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, Elyjeane Alves Carvalho e Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, nos termos do art. 5º da Portaria-ESMP 52021, da Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, para encerrar a votação eletrônica para representante do corpo discente do Colegiado do Programa de Pós-graduação, proclamando o resultado da apuração eletrônica, que teve a participação de 28 (vinte e oito) votantes, com a eleição do candidato único SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO, que teve 28 (vinte e oito) votos válidos, sendo, ainda, registrado zero voto em branco. Por fim, a Comissão Eleitoral deliberou pela publicação do resultado apurado, na forma do art. 5º da Portaria-ESMP 52021. Nada mais havendo, declaram-se encerrados os trabalhos desta Comissão Eleitoral.

Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro
(Presidente)

Promotora de Justiça Elyjeane Alves Carvalho
(Membro)

Promotora de Justiça Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
(Membro)



Visita do Deputado Estadual Wellington do Curso e assessores à ESMPMA. Estavam presentes o Procurador do Estado do Maranhão e escritor Daniel Blume, a Diretora da ESMPMA Karla Adriana Holanda Farias Vieira e as Promotoras Auxiliares da ESMPMA Ana Luiza Almeida Ferro e Elyjeane Alves de Carvalho.



A Diretora da ESMP/MA, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, participou de duas rodadas de escutas ativas do Programa de Reeducação Ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão, com o tema “o grafite na paisagem urbana”. As escutas aconteceram na sede da ESMP e no Parque do Bom Menino, Centro de São Luís, respectivamente.



A Diretora da ESMP/MA Karla Adriana Holanda Farias Vieira, a Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP Elyjeane Alves Carvalho, o Promotor de Justiça MPMA Vicente de Paula Silva Martins e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão visitaram os Núcleos de Mediação Comunitária do Ministério Público do Estado do Ceará.

Na ocasião, o Núcleo de Mediação Comunitária de Parangaba apresentou experiências de construção de consensos a partir de técnicas compositivas.



Foi realizada uma mobilização promovida pelo Fórum de Educação Ambiental e ESMP. Na ocasião, membros e servidores do MPMA e integrantes do Fórum realizaram um abraço simbólico em uma barrigudeira centenária, localizada no Parque Bom Menino, Centro de São Luís.



A ESMP/MA participou dos Encontros Regionais do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029, realizados nos municípios de São Luís, Imperatriz e Timon. Estiveram presentes o Conselheiro (CNMP) Sebastião Caixeta, membros e servidores do MPMA.



A ESMP/MA recebeu certificado concedido pela Escola Ambiental do Maranhão como reconhecimento pelo empenho em difundir a educação ambiental.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

